

Plano de Gestão Socioambiental 2019/2023 - 2ª Edição

Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

Fundação Agência das Bacias PCJ



APRESENTAÇÃO

A Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P é uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente - MMA e seu objetivo é promover a internalização dos princípios de sustentabilidade socioambiental nos órgãos e entidades públicos. O programa atua em diversos eixos temáticos auxiliando na redução de custos e na promoção de ações menos impactantes ao meio ambiente.

Na Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – [Agência das Bacias PCJ](#) as atividades relacionadas à [A3P PCJ](#) tiveram início no ano de 2018, através da adesão ao Programa e, como primeiro resultado, houve a elaboração do [Diagnóstico Socioambiental](#), o qual apresentou a situação socioambiental inicial da instituição.

A partir do diagnóstico, o próximo passo foi a implantação da Agenda na instituição. A etapa consistiu na elaboração do Plano de Gestão Socioambiental – PGS, onde buscou-se planejar as ações prioritárias, estabelecendo os objetivos, as metas a serem alcançadas, as responsabilidades institucionais e as medidas de monitoramento e avaliação, incluindo os respectivos indicadores.

A [1ª Edição do PGS](#) apresentou um plano de trabalho com objetivo de desenvolvimento por 5 anos (2019 a 2023), porém com o advento da Pandemia pelo Covid-19 surgiu a necessidade de uma readequação das atividades em virtude da nova realidade de trabalho adotado pela Agência das Bacias PCJ, o sistema home office. Diante do Exposto a 2ª Edição do PGS tem a finalidade de continuar os trabalhos planejados na 1ª Edição, porém, incluído a nova realidade de trabalho com ações que visam dar a continuidade aos objetivos da A3P incluído o digital e o home office.

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

Eduardo Massuh Cury
Ivens de Oliveira
Katia Rossi Gotardi Piccin

COMITÊ OPERACIONAL

(dezembro, 2021)

Aline de Fátima R. M. Moura
Aline Doria de Santi
Bruna Evelini Domingos Petrini
Gabriel Arantes Ferreira Gualda
Ivan Gerdzijauskas
Juliana Baldessin
Jairo Campos
Laís Maria Spinelli
Larissa Lucianetti Oliveira
Laura Silvestrini Canola
Luiz Paulo Baptista Colassio
Mariane Rodrigues Amuy
Sheron Agnez da Silva

COMITÊ OPERACIONAL

(janeiro, 2022)

Aline de Fátima R. M. Moura
Bruna Evelini Domingos Petrini
Gabriel Arantes Ferreira Gualda
Ivan Gerdzijauskas
Jairo Campos
Laís Maria Spinelli
Larissa Lucianetti Oliveira
Laura Silvestrini Canola
Luiz Paulo Baptista Colassio
Mariane Rodrigues Amuy
Patrícia Gobet de Aguiar
Barufaldi

FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ

(Agência das Bacias PCJ)¹.

Diretor-Presidente:

Sergio Razera

Diretor Administrativo e Financeiro:

Ivens de Oliveira

Diretora Técnica:

Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi

Assessor de Comunicação:

Everton Campos Quiararia

Coordenador

Administrativo:

Eduardo Massuh Cury

Coordenadora de Apoio ao Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos:

Vanessa Cristina Bortolazzo Longato

Coordenador Financeiro:

Tony Douglas Segatto

Coordenadora de Gestão:

Kátia Rossi Gotardi Piccin

Coordenadora de Projetos:

Elaine Franco de Campos

Coordenador de Sistema de Informações:

Eduardo Cuoco Léo

Analista Administrativa:

Laís Maria Spinelli

Analista Técnico:

Leonardo Lucas Baumgratz

Auxiliar Técnico:

Fabio de Faria Coca

Colaboradores

terceirizados:

Aline de Fátima R. Meneses Moura

Aline Doria de Santi

Ana Paula de Oliveira

Fischer

Bruna Caroline Juliani

Bruna Eveline Domingos

Petrini

Bruno Font Aranda

Carolina Prado

Charles Diego da Costa

Charles Piedade de Oliveira

Danilo Carlos Ferreira Costa,

Diogo Bernardo Pedrozo

Douglas Brunelli

Felipe Gonzaga Nunes

Ferreira

Felipe Loschiavo Requena

Ivan Gerdzijauskas

Jairo Batanero Campos

Juliana Magalhães Baldessin

Kaíque Duarte Barreto

Karla Romão

Laura Silvestrini Canola

Livia Maria Ongaro Modolo

Luiz Paulo Baptista Colassio

Marcelo Augusto de Ávila

Marcos Eduardo Cazzonato

Maria Carolina Moraes

Coelho Moura

Mariane Rodrigues Amuy

Marina Peres Barbosa

Mateus de Oliveira Ismael

Mateus Maroun

Mayara Sakamoto Lopes

Priscila de Jesus Silva

Rebeca Cristine Ferreira da Silva

Roberta Ribeiro Dalfré

Estrella Camargo

Sontiarai Luana Munerato de

Godoy

Tatianna Cury Abe

Thamiris Caroline Rodrigues

Cardoso

Tiago Valentim Georgette.

Estagiários:

Camila Pereira Ramos

Gabriel Sobreira Gomes da Silva

Giovanna Santos da Silva

Larissa Lucianetti Oliveira

Maria Manoela Ferreira da

Fonseca Bicheiro

Suzana Geraldo Darahem

¹Data base: janeiro de 2022

CONSELHO DELIBERATIVO E CONSELHO FISCAL

Agência das Bacias PCJ²

CONSELHO DELIBERATIVO

Paulo Roberto S. Tinel
[Presidente]
Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE

Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi
[Vice-presidente]
Rotary Internacional – D4590

Ademir Cleto de Oliveira
Secretaria de Desenvolvimento Regional

André Luiz Sanches Navarro
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)

Flávio Makoto Hashimoto
Secretaria da Fazenda

Laura Stela Naliato Perez
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)

Raphael Rodrigues Ferreira
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)

Hélio Rubens G. Figueiredo
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP)

Ariella Machado de Oliveira Montebello
Prefeitura de Saltinho

Célia Maria C. Moraes
Prefeitura de Sta. Barbara D'Oeste

Giovane Henrique Genezelli
Prefeitura de São Pedro

Mateus Bento Batista Arentes
Prefeitura de Louveira

Maurício André Marques de Oliveira
Prefeitura de Piracicaba

Simone Fernanda Zambuzi
Prefeitura de Limeira

Francisco Carlos Castro Lahóz
Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ)

João Primo Baraldi
Sindicato Rural de Rio Claro

Jonas Vitti
Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP – DR Limeira)

Francisco Antonio Moschini
Instituto Estudos Vale do Tiete (INEVAT)

CONSELHO FISCAL

Luiz Alberto Buschinelli Carneiro
[Presidente]
Secretaria de Estado da Saúde

Henrique Bellinaso
Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento

Petrus Bartholomeus Weel
Prefeitura de Holambra

Martim de França S. Ribeiro
Prefeitura de Jundiá

André Elia Neto
União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo (UNICA)

Miguel Madalena Milinski
Associação Amigos do Horto Florestal "Navarro de Andrade" (AAMHOR)"

²Mandato 2022/2023 - Mais informações em [Agência das Bacias PCJ – INSTITUCIONAL](#).

COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - Comitês PCJ³

Composição da Diretoria Colegiada dos Comitês PCJ FEDERAL e CBH PCJ – Gestão 2021 – 2023 CBH PJ1 – Gestão 2020 - 2022

PRESIDENTE DO CBH-PCJ E DO PCJ FEDERAL

Luciano Santos Tavares de Almeida
Prefeitura Municipal de Piracicaba/SP

PRESIDENTE DO CBH-PJ1 E 1º VICE-PRESIDENTE DO PCJ FEDERAL

Sidney José da Rosa
Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana (BIOSS)

VICE-PRESIDENTE DO CBH-PCJ E 2º VICE-PRESIDENTE DO PCJ FEDERAL

Marco Antônio dos Santos
Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE)

VICE-PRESIDENTE DO CBH-PJ1

Laene Fonseca Vilas Boas
Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG)

3º VICE-PRESIDENTE DO PCJ FEDERAL

Roseli dos Santos Souza
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica do Ministério de Desenvolvimento Regional
(SNSH/MDR)

SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CBH-PCJ E PCJ FEDERAL

André Luiz Sanchez Navarro
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)

SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CBH-PJ1

Damião Aparecido do Couto
Prefeitura Municipal de Toledo/MG

SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO CBH-PCJ

Caroline Túbero Bacchin
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)

SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO CBH-PJ1

Rodrigo Alves de Oliveira
Prefeitura de Camanducaia

³ Mais informações em [COMITÊS PCJ](#).

SUMÁRIO

1. Introdução	8
2. USO RACIONAL dos recursos naturais e bens públicos (Eixo 1).....	11
3 Gerenciamento de resíduos sólidos (Eixo 2).....	21
4. Qualidade de vida no ambiente de trabalho (Eixo 3).....	37
5. Sensibilização e capacitação dos colaboradores (Eixo 4).....	40
6. Compras públicas sustentáveis	45
7. Construções, reformas e ampliações sustentáveis	53

LISTA DE SIGLAS

A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública
ANA	Agência Nacional de Águas
Agência das Bacias PCJ	Fundação Agência da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí
Bacias PCJ	Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí
BEC/SP	Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo
Comitê PCJ	Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
COVID-19	Coronavírus 2019
CO ₂	Dióxido de carbono
ED Digital	Entidade Delegatária Digital
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PGRS	Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos
PGS	Plano de Gestão Socioambiental
ResSoA	Sistema de monitoramento socioambiental da A3P
TI	Tecnologia da Informação
TR	Termo de Referência

1. Introdução

1.1. Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P do Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Visando a construção de uma nova cultura institucional, no ano de 2018 a Agência das Bacias PCJ aderiu ao Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P do Ministério do Meio Ambiente (MMA), iniciando as atividades com objetivos de contribuir na recuperação e minimização dos impactos socioambientais gerados durante a jornada de trabalho.

Com a implementação da A3P foi possível estimular os colaboradores os princípios e os critérios de gestão socioambiental em suas atividades, gerando economia de recursos naturais e eficiência dos gastos institucionais mediante e conseqüentemente o uso racional dos bens públicos, da gestão adequada dos resíduos, da licitação sustentável e da promoção da sensibilização, capacitação e qualidade de vida no ambiente de trabalho durante os anos de 2019 e 2020.

Ressalta-se que o primeiro passo para a implementação da A3P, em 2018, na instituição correspondeu à criação de uma Comissão de Acompanhamento, institucionalizada por meio da Portaria nº 23/2018⁴. Em 2020 a Comissão de Acompanhamento foi reestruturada por meio da Portaria nº 10/2020⁵. Somado a esta Comissão criou-se o Comitê Operacional, responsável pelo levantamento de dados necessários à elaboração dos relatórios. O mesmo é composto por representantes de todas as áreas da instituição, garantindo a participação coletiva e a integração da equipe das áreas meio e fim da Agência das Bacias PCJ. Fica sob responsabilidade da Comissão de Acompanhamento acompanhar e validar todas as ações previstas e propostas pelo Comitê Operacional.

Vale lembrar que na 1ª edição do PGS, como resultado inicial das atividades desenvolvidas pelo Comitê Operacional, elaborou-se o Diagnóstico Socioambiental, primeira etapa do processo de implantação da A3P, o qual apresentou o quadro socioambiental inicial da instituição e foi validado pelo MMA.

1.2. Agência das Bacias PCJ

Em consonância ao apresentado no Diagnóstico Socioambiental, a Agência das Bacias PCJ foi oficialmente constituída no ano de 2009 e recebeu no ano seguinte a competência para exercer as funções de Agência de Água das Bacias PCJ, por meio da Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) nº 111/2010⁶ e assinatura de Contrato de Gestão com a Agência

⁴ Portaria disponível para acesso em: <<http://www.agencia.baciaspcj.org.br/docs/sustentab-corp/portaria-agencia-23-2018.pdf>>.

⁵ Portaria disponível para acesso em: <<https://agencia.baciaspcj.org.br/docs/portarias/portaria-agencia-10-20.pdf>>.

⁶ Resolução disponível para acesso em: <http://www.agencia.baciaspcj.org.br/novo/images/stories/gestao/CNRH_111_2010.pdf>.

Nacional de Águas - ANA⁷, ambos com vencimento em dezembro de 2020. O CNRH no final de 2020, prorrogou por meio da Resolução CNRH nº 218/2020⁸ a delegação à Agência das Bacias PCJ para o exercício das funções de competência das Agências de Água, até 31 de dezembro de 2035 o que possibilitou a celebração de um novo Contrato de Gestão com a ANA - Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA⁹, válido pelo período de 2021 a 2025.

Além disso, é importante destacar que a Agência das Bacias PCJ, também foi instalada de acordo com os preceitos da Lei estadual paulista nº 10.020/98, a qual rege a criação e funcionamento das Fundações Agências de Bacias Hidrográficas no Estado de São Paulo. Desde então promove o desenvolvimento dos instrumentos para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ, sendo um deles o gerenciamento dos financeiros arrecadados tanto com a cobrança pelo uso das águas nos rios de domínio da União, como nos rios de domínio do Estado de São Paulo. Tais recursos são utilizados principalmente para projetos de preservação, conservação e recuperação dos rios pertencentes às Bacias PCJ, de acordo com o que é preconizado no Plano de Bacias PCJ.

Vale ressaltar que a Agência das Bacias PCJ está localizada no condomínio comercial Edifício RácZ Center, na cidade de Piracicaba/SP, onde seus setores estão organizados em 14 salas locadas, distribuídas em cinco andares diferentes.

Em função da inexistência de uma sede própria da instituição, algumas atividades acabam sendo inviabilizadas em função das normas do condomínio, conforme verifica-se ao longo do levantamento realizado.

1.3. Pandemia Covid-19

O motivo pelo qual estamos produzindo a 2ª edição do PGS refere-se a Pandemia do Covid-19, que atingiu o mundo inteiro. No Brasil, os primeiros casos surgiram no final de fevereiro e semanas depois, já em março, o Governo do Estado de São Paulo decretou quarentena, seguindo recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Desde então, todos os colaboradores da Agência das Bacias PCJ passaram a trabalhar no sistema de home office. A providência foi possível graças ao investimento em Tecnologia da Informação (TI) realizado nos últimos anos. Com isso, todos os servidores da Agência das Bacias PCJ estão conectados por meio da nuvem. O desafio tem sido enorme, mas vem sendo superado pela instituição. As reuniões não pararam. São realizadas diariamente em plataformas digitais. Todas as áreas da Agência das Bacias PCJ vêm desenvolvendo suas funções no “novo normal”.

⁷ Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 e seus aditivos. Documento disponível para acesso em: <<http://www.agencia.baciaspcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/contrato-de-gestao/contrato-de-gestao>>.

⁸ Resolução disponível para acesso em: <<https://agencia.baciaspcj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/RESOLU%C3%87%C3%83O-CNRH-N%C2%BA-218-DE-2-DE-DEZEMBRO-DE-2020-Prorroga-Delega%C3%A7%C3%A3o-Ag%C3%Aancia-PCJ-1.pdf>>.

⁹ Contrato onde são estabelecidas as responsabilidades e as metas a serem alcançadas, com base em indicadores estabelecidos, e os critérios de avaliação final, visando o exercício de funções de competência da Agência de Água nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. Documento disponível para acesso em: <https://agencia.baciaspcj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/CONTRATO-033_2021_ANA-CONTRATO-DE-GESTAO.pdf>.

Em resumo, desde 2020 até o presente momento os anos estão sendo desafiadores para a Agência das Bacias PCJ, no que tange à execução e o acompanhamento dos estudos e projetos contratados e a contratar, principalmente em ações que exigiam o acompanhamento em campo. Por outro lado, os aprendizados deixados pelo sistema home office e pela aceleração digital provocaram novas descobertas e formas de atuar, reforçando que ferramentas robustas de gestão e governança, processos consolidados, investimentos em tecnologia e equipe engajada integram o legado da Agência das Bacias PCJ.

Diante do exposto a proposta é apresentar uma 2ª edição do PGS para que possamos continuar os com as atividades programadas 1ª Edição, porém, integrando esse novo normal aos objetivos da A3P incluído o digital e o home office.

1.4. 2ª edição PGS

Em 2019, após o diagnóstico, elaborou-se o PGS, o qual foi incorporado ao Plano de Trabalho da Agência das Bacias PCJ para a execução no período de 05 anos (2019 a 2023), sendo as ações divididas em curto, médio e longo prazos. Lembrando que, para o desenvolvimento do PGS foram considerados todos os seis eixos temáticos predefinidos pela A3P. Para cada um dos eixos foram elencadas as ações prioritárias, estabelecendo seus objetivos, as metas a serem alcançadas, os responsáveis pelo desenvolvimento da ação e as medidas de monitoramento e avaliação, incluindo os respectivos indicadores.

No decorrer dos anos de 2019 e 2020, os membros da A3P PCJ atuaram intensamente para a implementação das ações programadas no citado na 1ª edição do PGS e os resultados podem ser visualizados nos Relatórios de Monitoramento da A3P PCJ, disponíveis [aqui](#). Diante da conclusão da execução de várias ações planejadas, nos dois primeiros anos da A3P PCJ, o presente documento apresenta uma atualização das ações propostas para a sustentabilidade corporativa na Agência das Bacias PCJ, incluído o digital o home office.



Fonte: <http://a3p.mma.gov.br/>

2. USO RACIONAL dos recursos naturais e bens públicos (Eixo 1)

De acordo com o levantamento realizado no Diagnóstico Socioambiental, foram identificados os principais recursos consumidos na instituição para o desenvolvimento do PGS. Nesta perspectiva, foram levados em consideração os seguintes recursos naturais e bens públicos: energia elétrica, água mineral e transporte (aéreo e terrestre).

2.1. Tema: Energia elétrica

Este eixo prevê ações que visam reduzir o consumo de energia elétrica e incentivar o uso racional do recurso, através da sensibilização dos colaboradores e aquisição de equipamentos eficientes. Na sequência apresentam-se as ações que compõem o presente eixo.

2.1.1. AÇÃO I: REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Com os dados levantados nos anos de 2019 e 2020, foi identificado a necessidade de intensificar o acompanhamento deste indicador, bem como reforçar as campanhas de sensibilização, visando atingir a meta de redução proposta no PGS de 2019. Entretanto, em decorrência da pandemia do Covid-19 não foi possível dar continuidade às atividades de sensibilização do recurso na sede da Agência PCJ, visto que os colaboradores passaram a exercer suas atividades em sistema home office. Portanto, independente de não haver consumo considerável de energia elétrica, os registros e a apresentação dos resultados referentes ao ano de 2020 foram realizados no sistema de monitoramento socioambiental da A3P (RESSOA) do Programa A3P do MMA.

Os apontamentos realizados na 1ª edição do PGS não devem ser descartados, pois quando retomamos as atividades presenciais os mesmos deverão ser considerados.

De qualquer forma, pretende-se continuar os registros referentes ao consumo de energia elétrica, mesmo durante o período de pandemia, porém, se faz necessário o incentivo a racionalização do consumo de energia nos ambientes em home office.

As próximas ações serão focadas no levantamento trimestral do uso dos recursos na Agência PCJ e em novas formas de sensibilização para lembrete do consumo racional do recurso de forma que o colaborador possa incorporá-lo no seu novo ambiente de trabalho.

Além da medição do consumo de energia, também continuará sendo realizado, em conjunto com a coordenação administrativa, o acompanhamento e o registro das compras de equipamentos com alta eficiência energética, de acordo com a demanda.

a) Objetivo da ação

Sensibilizar os colaboradores sobre o uso racional de energia a fim de reduzir o consumo de energia elétrica.

b) Detalhamento de implementação da ação

Para a implementação da ação, de acordo com a nova realidade em função a pandemia do Covid-19, materiais e atividades para sensibilização e intervenção junto aos colaboradores continuarão sendo desenvolvidos, porém no formato digital.

Os materiais ou informações deverão ser encaminhados de forma estratégica, para que estimulem os colaboradores a reduzirem o consumo de energia elétrica, independentemente de onde for o seu local de trabalho. Sempre que possível, as ações de sensibilização e os materiais a serem utilizados para esta ação deverão ser revisados e atualizados, conforme necessidade. Abaixo segue, Figura 1 com exemplo de TAG utilizado nas dependências da instituição. O mesmo TAG poderá ser trabalhado no formato digital para campanhas de sensibilização e conscientização dos colaboradores, segundo o novo formato trabalho remoto.



Figura 11 - Exemplo de material de sensibilização.
Fonte: Fundação Agência das Bacias PCJ (2019).

O acompanhamento do consumo da energia elétrica na instituição deverá ocorrer por meio do registro e o acompanhamento das contas de energia elétrica mensais da instituição, inserindo os valores em uma planilha de controle interno para posterior inclusão no ResSoA, a cada trimestre.

c) Meta

Reduzir o consumo de energia elétrica da instituição gradativamente em até cinco anos. Esta meta, mesmo em período de pandemia do covid-19 deverá ser mantida visando os registros

para constituição de uma série histórica. Espera-se que através das campanhas de sensibilização, ao final do quinto ano a instituição consiga reduzir o consumo de energia elétrica em até 20%.

d) Unidades e áreas envolvidas para implementação da ação

A assessoria de comunicação apoiará no desenvolvimento dos materiais de sensibilização, em período de pandemia de forma digital e ao retornar presencial de forma física. Caberá ao Comitê Operacional planejar e executar as intervenções de sensibilização (on-line e física) e monitorar o consumo de energia elétrica, além de realizar a inclusão dos dados no ResSoA.

e) Monitoramento

O monitoramento do consumo da energia elétrica será realizado trimestralmente. Para avaliar a efetividade das ações e verificar se a meta foi alcançada, selecionou-se como indicador a variação no consumo de energia elétrica, conforme **Equação 1**:

Equação 1: REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

$$\text{Consumo energia (\%)} = \left(\frac{(\text{Consumo energia ano base} - \text{Consumo energia ano anterior})}{\text{Consumo energia ano anterior}} \right) \times 100\%$$

2.1.2. ACÇÃO II: ADQUIRIR EQUIPAMENTOS COM ALTA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

A ação II está relacionada ao eixo “Compras públicas e sustentáveis” que será apresentado no item 6 e em parceria com a coordenação administrativa

a) Objetivo da ação

Adquirir equipamentos de alta eficiência energética na instituição a fim de garantir o melhor aproveitamento da energia elétrica consumida.

b) Detalhamento de implementação da ação

Ao passo que as compras de novos equipamentos na instituição são feitas quando atinge a sua vida útil ou por nova demanda nestes casos, a instituição deve garantir que os novos equipamentos possuam alta eficiência energética.

c) Meta

Garantir que nas próximas aquisições, 100% dos equipamentos possuam selo de alta eficiência energética.

d) Unidades e áreas envolvidas para implementação da ação

O setor administrativo, junto ao setor jurídico da instituição serão responsáveis pela aquisição dos equipamentos, garantindo a implementação da ação. Caberá ao Comitê Operacional monitorar tais aquisições, além de realizar a inclusão dos dados no ResSoA.

e) Monitoramento

O monitoramento da ação será contínuo contabilizando a relação de equipamentos adquiridos com selo de alta eficiência energética.

2.2. Tema: Água mineral

Pelo fato da Agência das Bacias PCJ estar situada em um condomínio predial, Edifício Rácz Center, o consumo de água pelas salas não é discriminado no condomínio, pois não há medidores individuais. O valor é apresentado de forma global, contabilizando todas as salas do prédio. Desta forma, não foi possível verificar o consumo de água da instituição. Decidiu-se então, realizar o acompanhamento do consumo de água mineral pelos colaboradores.

2.2.1. AÇÃO I: ESTIMULAR O CONSUMO DE ÁGUA MINERAL

A partir do Diagnóstico Socioambiental, constatou-se que os colaboradores da Agência das Bacias PCJ consomem em média 600ml de água por dia na instituição, sendo que o consumo recomendado pela Organização Mundial da Saúde – OMS são de 2 a 2,5 litros de água por pessoa.

De acordo com o acompanhamento registrado nos dois primeiros anos, conforme descrito nos Relatórios de Monitoramento dos anos de 2019 e 2020, a média do consumo de água mineral pelos colaboradores da Agência das Bacias PCJ foi em torno de 670 ml de água por dia, no período em que permaneceram presencialmente na instituição, valor considerado muito baixo se comparado a média recomendada pela OMS.

Desta forma, entende-se que é necessário continuar o trabalho sobre o a importância de se beber água com regularidade junto aos colaboradores, durante a jornada de trabalho, seja de forma presencial ou home office.

a) Objetivo da ação

Sensibilizar os colaboradores sobre a importância de beber água com mais frequência, bem como o consumo de água em quantidade adequada estimulando melhorias na qualidade de vida.

b) Detalhamento de implementação da ação

A fim de aumentar o consumo da água entre os colaboradores, poderão criadas campanhas de sensibilização, on-line ou presencial, para que todos tenham conhecimentos sobre os benefícios de se consumir a água, com regularidade, para a saúde e a qualidade de vida.

O Comitê Operacional deverá acompanhar a efetividade das ações, verificando a quantidade de galões de água comprados ao longo dos meses, quando presencial, e quando home office integrando a questão por meio de campanhas de sensibilização, bem como com a inclusão da verificação na pesquisa anual de avaliação A3P realizada anualmente.

c) Meta

Inicialmente a meta era em cinco anos aumentar gradativamente, conforme descrito na 1ª Edição do PGS, o consumo de água, por meio de campanhas de incentivo.

d) Unidades e áreas envolvidas para implementação da ação

Com o apoio da assessoria de comunicação, serão desenvolvidos os materiais de sensibilização, enquanto o Comitê Operacional, junto ao setor financeiro deverão realizar o monitoramento da quantidade de galões de água comprados ao longo dos meses, mesmo quando a maioria dos colaboradores estiverem em home office.

e) Monitoramento

O monitoramento da ação será trimestral e o indicador a ser utilizado corresponderá a quantidade de galões comprados no período de análise, comparada a quantidade de galões adquiridos no período anterior, conforme **Equação 2**. Ao final do ano, realizar-se-á a somatória do número de galões consumidos, verificando se o aumento ocorrido está de acordo com a meta planejada.

Equação 2: ESTIMULAR O CONSUMO DE ÁGUA MINERAL

$$\text{Consumo de água (\%)} = \left(\frac{(\text{Qtd galões mês base} - \text{Qtd galões mês anterior})}{\text{Qtd galões mês anterior}} \right) \times 100\%$$

2.3. Tema: Transporte

2.3.1. AÇÃO I: INCENTIVAR A CONTINUAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE REUNIÕES VIA VIDEOCONFERÊNCIA

Conforme descrito no Relatório de Monitoramento da A3P PCJ - Exercício 2019, houve uma redução de 15% nos quilômetros rodados em veículos próprios e terceirizados, em contraposição ao aumento de quilômetros aéreos percorridos, decorrentes do incentivo às participações em eventos e viagens externas.

O ano de 2020 começou no mesmo ritmo de 2019, porém, em março devido a Pandemia do Covid-19, essa rotina foi drasticamente alterada e uma nova realidade, a do home office e das reuniões virtuais.

Devido a essa nova realidade e com a aprovação dos Comitês PCJ para a realização de reuniões virtuais o deslocamento para reuniões diminuiu de tal forma que posterior ao período de home office decorrente de medida de segurança à pandemia da COVID-19, as instituições fomentem reuniões nesse formato, acarretando a diminuição com os custos financeiros para a realização das mesmas, bem como com os deslocamentos de colaboradores para as atividades sejam da Agência das Bacias PCJ ou pertinentes aos Comitês PCJ dentro do perímetro das Bacias PCJ ou externas e aéreas.

a) Objetivo da ação

Incentivar os colaboradores a continuarem priorizando a realização de reuniões via videoconferência, a fim de reduzir custos com as viagens e, conseqüentemente, a emissão de dióxido de carbono (CO₂).

b) Detalhamento de implementação da ação

Para a implementação da ação serão realizadas sensibilizações a fim de incentivar os colaboradores a priorizarem a realização de reuniões via videoconferência.

É importante reforçar que o tempo gasto com as viagens pode ser utilizado para outras atividades e, quando o deslocamento for imprescindível, os colaboradores devem otimizar as viagens, verificando se mais alguém da instituição irá se deslocar para o mesmo destino priorizando a lotação máxima do veículo.

c) Meta

Minimizar o deslocamento dos colaboradores em função de reuniões, priorizando assim a realização das mesmas por videoconferência.

d) Unidades e áreas envolvidas para implementação da ação

O Comitê Operacional será responsável por sensibilizar os colaboradores, e realizar o acompanhamento das viagens realizadas para fins de monitoramento referente as emissões de CO₂ e dados comparativos com os anos anteriores, visando cada vez mais a melhoria da meta e da ação.

e) Monitoramento

Para o monitoramento da ação, será verificado trimestralmente a quilometragem dos carros da Agência das Bacias PCJ, as viagens realizadas por serviços contratados de transporte com motoristas e as viagens com transporte aéreo. Os dados dos transportes (controle dos deslocamentos via terrestre e aéreo) deverão ser registrados e tabulados, sendo o indicador da efetividade da ação, a análise do deslocamento total do regime anterior com o deslocamento do período vigente.

2.3.2. AÇÃO II: COMPENSAÇÃO DE CO₂

Considerando os resultados apresentados nos Relatórios de Monitoramento A3P dos anos de 2019 e 2020, foram emitidos 5.162,29 Kg de CO₂ em viagens aéreas e 8.749,61 Kg em viagens terrestres, totalizando a emissão de 13.911,90 Kg de CO₂, no trajeto total de 104.946,00 Km. Nota-se que as viagens aéreas, apesar de possuírem maior deslocamento, emitem menor quantidade de CO₂ em comparação com as terrestres.

a) Objetivo da ação

Realizar plano de ação para as alternativas de compensação do CO₂ emitido com o transporte utilizado para fins das atividades da instituição.

b) Detalhamento de implementação da ação

Para atingir o objetivo da ação, estuda-se alternativas visando a compensação de CO₂ para posterior implementação após a validação da Comissão de Acompanhamento e das Diretorias da instituição.

c) Meta

Elaboração e implementação do Plano de Ação para compensação do CO₂ gerado na instituição em até 5 anos.

d) Unidades e áreas envolvidas para implementação da ação

Membros do Comitê Operacional com o apoio de colaboradores de diferentes áreas da Agência das Bacias PCJ constituem Grupo Técnico.

e) Monitoramento

Para acompanhar a compensação de CO₂, após a definição sobre qual a melhor alternativa a ser utilizada, deverá ocorrer o monitoramento, com registro e tabulação, através da proporção de CO₂ compensada em relação a proporção emitida, conforme **Equação 3**.

Equação 3: Compensação de CO₂

$$\text{Compensação de CO}_2 (\%) = \left(\frac{\text{Qtd de CO}_2 \text{ compensada}}{\text{Qtd de CO}_2 \text{ emitida}} \right) \times 100\%$$

2.3.3. AÇÃO III: ALTERNATIVAS DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS

Conforme Nota Técnica nº 04/2020, desenvolvida pelo Comitê Operacional, o etanol por ser um combustível renovável ficou constatado que gera menos impacto ao meio ambiente, quando comparado à gasolina. Desta forma, visando minimizar os poluentes emitidos com o transporte de

seus colaboradores, a Agência das Bacias PCJ decidiu priorizar a utilização de etanol em dois veículos. Um dos automóveis será destinado para uso no perímetro urbano, enquanto o outro para uso na estrada, visando assim avaliar a eficácia do combustível em diferentes cenários, desta forma, poderá ser feita uma comparação de desempenho ao longo do tempo.

a) Objetivo da ação

Orientar todos os colaboradores sobre o abastecimento com o combustível etanol os veículos da instituição.

b) Detalhamento de implementação da ação

Os veículos devidamente identificados, deverão ser observados as questões relacionadas ao rendimento visando a avaliação por período de um ano, a partir da retomada do trabalho presencial para o uso permanente do combustível.

c) Meta

Ampliar em 10% o abastecimento com etanol nos veículos da Agência das Bacias PCJ, e após o período de teste avaliar o desempenho do combustível ao longo do tempo.

d) Unidades e áreas envolvidas para implementação da ação

O Comitê Operacional, juntamente com o setor administrativo, serão os principais responsáveis pela implementação desta ação e dos registros a serem realizados visando avaliar a implementação da ação e a meta.

e) Monitoramento

Semestralmente será realizado levantamento, com registro e tabulação, para verificar a proporção de etanol abastecido nos veículos em comparação a quantidade total de combustível, conforme **Equação 4**.

Equação 4: Alternativas de combustível para abastecimento dos veículos

$$\text{Proporção de etanol abastecido (\%)} = \left(\frac{\text{Qtd de litros de etanol}}{\text{Total de litros de combustível}} \right) \times 100\%$$

2.3.4. ACÇÃO IV: OTIMIZAR O USO DOS VEÍCULOS

Na elaboração do Diagnóstico Socioambiental, em 2018, foi constatado que alguns colaboradores se deslocaram para reuniões ou eventos a trabalho sozinhos para o mesmo destino, e em carros diferentes.

Visando mudar essa situação, bem como criar o hábito entre os colaboradores e também para que ofereçam carona no dia a dia, na 1ª edição do PGS foram propostos o incentivo e a divulgação, por meio de um grupo em aplicativo de mensagens, em que os colaboradores puderam informar suas viagens a fim de compartilhar os veículos.

Com a revisão do PGS, a intenção é continuar incentivando este tipo de ação.

a) Objetivo da ação

Continuar a otimização e a utilização dos veículos da instituição, bem como, o compartilhamento das viagens sejam elas corporativas ou não.

b) Detalhamento de implementação da ação

Incentivar e divulgar o uso do grupo de caronas da instituição, por meio da plataforma Microsoft TEAMS para reuniões e eventos corporativos e por meio do WhatsApp para os não corporativos.

Em ambos os aplicativos os colaboradores poderão se comunicar e informar sobre a oferta de lugares nos veículos, bem como sobre a oferta de caronas pode se estender à eventos fora da instituição, e os colaboradores podem utilizar o grupo para oferecimento de carona em seus veículos particulares, de casa para o trabalho, ou até mesmo quando forem para outras cidades.

c) Meta

Informar e sensibilizar 100% dos colaboradores, visando otimizar as viagens, evitando que número mínimo de colaboradores se desloquem para o mesmo lugar em veículos separados.

d) Unidades e áreas envolvidas para implementação da ação

Todas as áreas da instituição deverão contribuir para a implantação efetiva desta ação.

e) Monitoramento

Esta atividade será avaliada por meio da pesquisa anual de avaliação A3P a fim de identificar a porcentagem de colaboradores que compartilham viagens.

2.4. Quadro resumo das ações

Segue no Quadro 1 resumo das ações elencadas e descritas acima. Pode-se visualizar o eixo em que a ação está enquadrada, bem como a meta, o indicador para o seu monitoramento e a frequência proposta para o mesmo.

Quadro 1 - Quadro resumo das ações para o eixo sobre uso racional dos recursos naturais e bens públicos.

EIXO	AÇÃO	META	INDICADOR	FREQUÊNCIA DE MONITORAMENTO
ENERGIA	Redução do consumo de energia elétrica	Reduzir 20% do consumo de energia elétrica em até cinco anos	Porcentagem de consumo de energia elétrica	Trimestral
	Adquirir equipamentos com alta eficiência energética	Nas próximas aquisições, 100% dos equipamentos com alta eficiência energética	Porcentagem de equipamentos adquiridos com alta eficiência energética	Anual
ÁGUA MINERAL	Estimular o consumo de água mineral	Em 5 anos atingir um aumento de 30% no consumo de água	Porcentagem de galões de água adquiridos	Trimestral
TRANSPORTES	Incentivar a continuação da realização de reuniões via videoconferência	Minimizar o deslocamento dos colaboradores em função de reuniões.	Quantidade de quilômetros percorridos pelos colaboradores	Trimestral
	Compensação de CO ₂	Elaboração e implementação do Plano de Ação para compensação do CO ₂ gerado na instituição em até 5 anos	Porcentagem de CO ₂ compensado, após definição de metodologia	Anual
	Alternativas de combustível para abastecimento dos veículos	Ampliar em 10% o abastecimento com etanol nos veículos da Agência das Bacias PCJ, e após o período de teste avaliar o desempenho do combustível por um ano.	Porcentagem etanol abastecido	Semestral
	Otimizar o uso dos veículos	Sensibilizar 100% dos colaboradores para compartilhamento das viagens	Porcentagem de colaboradores que compartilham viagens	Anual

Fonte: Elaborado pelo Comitê Operacional (2021).

3. Gerenciamento de resíduos sólidos (Eixo 2)

O desenvolvimento de um Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos (PGRS) da instituição, estabelecendo os procedimentos necessários para o manejo e destinação ambientalmente adequados de resíduos e rejeitos, é fundamental para o alcance da sustentabilidade corporativa. Nesta perspectiva, são apresentadas nesta 2ª edição do PGS e neste capítulo as ações “a implementar” para o gerenciamento dos resíduos sólidos na instituição. As ações propostas para implementação na instituição foram organizadas em três temas:

- Redução e reutilização de resíduos na geração;
- Segregação dos resíduos na fonte;
- Orientação para a gestão dos resíduos sólidos.

Ressalta-se que, com a construção da nova sede da instituição será necessária uma nova atualização do presente Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

3.1. Tema: Redução e reutilização de resíduos na geração

Este tema prevê ações que visam reduzir a geração de resíduos, ou potenciais resíduos, na fonte, destacando-se a redução de copos descartáveis, reutilização de papel, impressões frente e verso, dentre outros. Um exemplo de destaque nesta temática, foi a configuração das impressoras da instituição para impressões no modo frente e verso, ação cuja meta foi apresentada na 1ª edição do PGS. O desenvolvimento desta ação esteve diretamente associado à implementação do Projeto Entidade Delegatária Digital (ED Digital), também conhecido como Papel Zero, o qual foi instituído como meta do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, firmado com a Agência Nacional de Águas – ANA, com o objetivo de dar maior agilidade aos processos, bem como a economia dos recursos utilizados pela instituição, principalmente a papéis e toners. Todas as adequações para que o projeto fosse uma realidade foi iniciado em 2018 e encerrada em 2021, detalhes sobre os resultados da implementação poderão ser verificados [AQUI](#).

Isto posto, nesta 2ª edição do PGS não se apresenta a meta associada à continuidade da configuração de computadores para impressão frente e verso, por ser uma ação constituída e concluída, com metas alcançadas pela instituição. Ainda assim, têm-se um grande desafio, o qual está relacionado com a quantidade de impressões realizadas para as reuniões externas. Apesar de não mencionado na 1ª edição do PGS, vale destacar que a Agência das Bacias PCJ exerce o papel de Entidade Delegatária nas Bacias PCJ e uma das atividades é ser Secretaria Executiva dos Comitês PCJ. Sendo assim, para as reuniões plenárias dos Comitês PCJ e de suas instâncias,

antes do período da pandemia do Covid-19 produzia-se uma quantidade considerável de impressões por empresas contratadas. O mesmo ocorria com as atividades relacionadas a processos licitatórios e administrativos da instituição. Com o advento da referida pandemia, novas posturas foram adotadas e a prática das impressões foi substituída por arquivos e processos digitais, o que trouxe grandes benefícios, possibilitando a redução do consumo de papel sulfite. Destaca-se, no entanto, que os processos físicos que no período de pandemia tramitaram de forma digital, deverão ser reorganizados de forma que sejam concluídos de forma física. Portanto, após o período de pandemia e o retorno das atividades presenciais verificar-se-á, ainda, um consumo considerável de papel sulfite para as impressões. Após esse processo de adequação será possível verificar os efetivos impactos do projeto PAPEL ZERO.

Diante do exposto, entende-se que diante dessa nova situação, imposta pela pandemia do Covid-19, as impressões serão realizadas somente em casos excepcionais e o uso dos materiais digitais prevalecerá. Destaca-se que as ações do Projeto Papel Zero, implementado na Agência das Bacias PCJ, se estenderá aos Comitês PCJ com o objetivo de reduzir o consumo de papel sulfite nas reuniões dos colegiados.

Dados os destaques, na sequência apresentam-se as ações que serão continuadas e que compõem o presente tema.

3.1.1. AÇÃO I: CONFIGURAR COMPUTADORES PARA IMPRESSÃO FRENTE E VERSO

De acordo com o diagnóstico realizado as impressoras existentes na instituição contam com a função de impressão automática frente e verso, ou seja, não é necessário girar a folha manualmente para imprimir em ambos os lados. Porém, a impressão frente e verso é opcional, sendo necessário que o colaborador selecione a opção no ato da impressão.

a) Objetivo da ação

Configurar os computadores para que todas as impressões realizadas tenham como primeira opção a impressão frente e verso.

b) Detalhamento de implementação da ação

Configurar todos os computadores da instituição para que a impressão frente e verso seja automática e prioritária. Cabe ainda no âmbito desta ação orientar os colaboradores sobre os novos procedimentos de impressão, comunicando os mesmos que, caso o documento a ser impresso não possa ser frente e verso (documentos da instituição a serem encaminhados externamente) deve-se selecionar a opção de impressão em uma única lauda.

c) Meta

Tem-se como meta para esta ação a configuração de 100% das impressoras, para impressão automática frente e verso.

d) Unidades e áreas envolvidas para implementação da ação

O setor de tecnologia da informação (TI) da instituição será o principal responsável pela implementação desta ação, acompanhado pelos membros do Eixo 2.

e) Monitoramento e avaliação da ação

Para o monitoramento da implementação da ação selecionou-se dois indicadores:

- Número total de impressões frente e verso por mês;
- Número de folhas depositadas nas caixas para confecção de blocos de anotações (espera-se que com a configuração de impressão automática frente e verso e com a sensibilização dos colaboradores o número de folhas impressas em um único lado seja reduzido).

3.1.2. AÇÃO II - REDUZIR O CONSUMO E REUTILIZAR PAPEL SULFITE NA CONFECÇÃO DE BLOCOS DE ANOTAÇÕES

Conforme citado anteriormente, a ANA, deliberou como meta do Contrato de Gestão vigente até 2020, a implantação, operacionalização e manutenção do Projeto ED Digital (Papel Zero), visando maior agilidade dos processos e a economia dos recursos utilizados pela instituição, principalmente papéis e toners. Para o atual Contrato de Gestão essa ação deixou de ser uma meta e passou a ser uma obrigação da Entidade Delegatária. Sendo assim, propõem-se na 2ª edição do PGS a continuação da ação, visando medidas de sensibilização dos colaboradores quanto ao consumo consciente de papel sulfite e a reutilização de papéis impressos, em uma única lauda.

a) Objetivo da ação

Reduzir o consumo de papel sulfite na instituição e dar continuidade a confecção de blocos de anotações, reutilizando papéis sulfite com uma única lauda impressa e que não serão mais utilizados.

b) Detalhamento de implementação da ação

Para a redução do consumo de papel serão criadas campanhas (digitais) para continuar o processo de orientação aos colaboradores em relação ao consumo consciente de papel sulfite, considerando que os documentos internos podem ser impressos frente e verso e que o Projeto Papel Zero está totalmente implementado na instituição. As impressões deverão ser avaliadas se

realmente são necessárias e no caso de documentos oficiais externos, estes deverão ser impressos em uma única lauda. Ressalta-se que os papéis que serão utilizados na confecção de blocos serão provenientes da coleta de sulfite impresso em uma única lauda, e depositados no coletor específico, disponibilizado em cada sala. A coleta dos materiais nas salas deverá ser feita semestralmente, ou à medida que os coletores ficam saturados, pelos membros do Comitê Operacional. Todo material coletado será encaminhado à Coordenação Administrativa, que providenciará a confecção dos blocos por uma gráfica. A confecção dos blocos estará associada à campanhas de divulgação, via newsletter da instituição, sobre a disponibilização dos blocos para uso de todos e informando onde estes poderão ser retirados.

c) Meta

Reduzir a quantidade de papel sulfite consumido pela instituição gradativamente, alcançando a redução de 50% em até cinco anos. Confeccionar blocos de anotação reutilizando 100% do papel sulfite com uma única lauda impressa e que não serão mais utilizados, além de incentivar os colaboradores a utilizarem pelo menos 50% dos blocos confeccionados. Rever critérios e procedimentos para a separação e reutilização de papel sulfite, visando a reutilizar 100% dos papéis depositados nos coletores para reutilização.

d) Unidades e áreas envolvidas para implementação da ação

Os membros do Comitê Operacional ficarão responsáveis pela coleta e encaminhamento dos materiais para a Coordenação Administrativa, a qual encaminhará os materiais para a gráfica para a confecção de blocos de anotações, bem como pelo monitoramento do consumo de papel sulfite.

e) Monitoramento e avaliação da ação

O monitoramento da redução do consumo de sulfite deverá ser semestral, tendo como indicador a quantidade de papel sulfite adquirida em relação ao ano anterior (%), conforme **Equação 5**. Ao final do ano, realizar-se-á a somatória da quantidade de papel sulfite adquiridos, verificando se o consumo está de acordo com a meta planejada.

Equação 5: Monitoramento – consumo de papel sulfite

$$\text{Consumo papel sulfite (\%)} = \left(\frac{(\text{Qtd sulfite ano base} - \text{Qtd sulfite ano anterior})}{\text{Qtd sulfite ano anterior}} \right) \times 100\%$$

Para o monitoramento do uso dos blocos confeccionados com papel reutilizado, selecionou-se como indicador a proporção de uso dos blocos de anotações, tomando como base o número de blocos que foram confeccionados no semestre, conforme **Equação 6**.

Equação 6: Confecção de blocos de anotações

$$\text{Proporção do uso de blocos (\%)} = \frac{\text{n}^\circ \text{ de blocos utilizados}}{\text{n}^\circ \text{ de blocos confeccionados}} \times 100$$

3.1.3. AÇÃO III: REDUÇÃO DO CONSUMO DE COPOS DESCARTÁVEIS

Conforme apresentado no Diagnóstico Socioambiental, o consumo de copos descartáveis na instituição era bastante elevado. Após a iniciativa de disponibilização de copos duráveis para todos os colaboradores, conforme apresentado nos Relatórios de Monitoramento dos anos de [2019](#) e [2020](#), verificou-se uma redução significativa no consumo. Porém, há ainda o consumo destes materiais por pessoas externas, que frequentam a instituição.

Diante deste fato, nesta 2ª edição do PGS, propõem-se a continuidade desta ação, com duas iniciativas para a redução do consumo, bem como dos impactos gerados ao meio ambiente, sendo elas: estimular os visitantes à prática do “Adote o seu copo” e substituição dos copos descartáveis comuns por biodegradáveis.

3.1.3.1. Estimular os visitantes à prática do “adote seu copo”

Como já abordado previamente, a quantidade de reuniões com pessoal externo é elevada e observou-se que a maior parte do público presente não reutiliza os copos descartáveis ao consumirem água ou café. Vale ressaltar que, devido a Pandemia do Covid-19, desde março de 2020 as reuniões presenciais foram suspensas, o que gerou uma redução significativa do consumo de copos descartáveis. Porém, com o futuro retorno das atividades presenciais, reuniões com o público externo possivelmente acontecerão fisicamente, ainda que em menor proporção, prevalecendo as reuniões por videoconferência o que poderá elevar novamente o consumo dos copos descartáveis.

Tendo em vista este cenário, em 2020, a Agência das Bacias PCJ lançou a campanha “Adote seu copo”, conforme previsto na 1ª edição do PGS, com objetivo de incentivar o público externo e a rever sua postura quanto ao consumo de copos descartáveis, estimulando-os a reutilizarem os copos enquanto permanecerem na instituição.

Entende-se que, com a retomada das atividades presenciais, as medidas do uso consciente sobre os copos descartáveis deverão ser retomadas.

a) Objetivo da ação

Reduzir o consumo de copos descartáveis mediante a sensibilização dos visitantes da Agência das Bacias PCJ a reutilizarem os copos descartáveis ao longo de sua permanência na instituição, bem como reduzir o impacto ambiental do descarte de copos descartáveis

b) Detalhamento de implementação da ação

Como alternativa de divulgação da campanha de redução do consumo de copos aos visitantes, o Comitê Operacional A3P elaborou um display da campanha “Adote seu copo” e o mesmo foi disponibilizado em todas as salas, próximo ao dispenser de copos descartáveis (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). Vale destacar que para a confecção dos displays reutilizou-se pastas antigas da instituição, em desuso. Ademais, buscando ampliar a sensibilização sobre esta ação e estimular os visitantes, produziu-se um curto vídeo (em torno de 1 minuto) sobre os impactos do consumo de copos descartáveis e a importância de reduzirmos a utilização destes materiais, veja [aqui](#). Definiu-se como estratégia que, ao início de todas as reuniões com o público externo, o vídeo deverá ser apresentado por um membro do Comitê Operacional da A3P, aos presentes.



Figura 2 - Display "Adote seu copo"
Fonte: Imagem obtida pelo Comitê Operacional (2019).

c) Meta

Sensibilizar 100% das pessoas externas à instituição sobre o consumo consciente de copos descartáveis.

d) Unidades e áreas envolvidas para implementação da ação

Os principais responsáveis pela implementação dessa ação serão os membros do Comitê Operacional com a colaboração da Coordenação Administrativa visando o controle sobre a quantidade e uso dos copos descartáveis.

e) Monitoramento

O monitoramento do consumo de copos descartáveis será realizado semestralmente, contabilizando a quantidade de copos adquiridos pela instituição em relação ao semestre anterior,

conforme **Equação 7**. Ao final do ano, realizar-se-á a somatória da quantidade de copos adquiridos, verificando se o consumo está de acordo com a meta planejada.

Equação 7: ESTIMULAR OS VISITANTES À PRÁTICA DO “ADOTE SEU COPO”

$$\text{Consumo copos (\%)} = \left(\frac{(\text{Qtd copos ano base} - \text{Qtd copos ano anterior})}{\text{Qtd copos ano anterior}} \right) \times 100\%$$

3.1.3.2. Substituição dos copos descartáveis comuns por biodegradáveis

Para reduzir o impacto ambiental do descarte de copos descartáveis, cujo uso for inevitável, o Comitê Operacional da A3P PCJ elaborou uma nota técnica analisando qual a melhor alternativa, no momento atual, para a substituição dos copos descartáveis comuns. Diante da impossibilidade, no cenário atual, de serviços de copa, a alternativa adotada foi a utilização de copos biodegradáveis. Sendo assim, ao esgotar o estoque de copos descartáveis da instituição as novas compras deverão priorizar os materiais biodegradáveis.

a) Objetivo da ação

Substituir os copos descartáveis por materiais biodegradáveis, reduzindo o impacto ambiental do descarte destes materiais.

b) Detalhamento de implementação da ação

Com base na Nota Técnica produzida pelos membros do Comitê Operacional, as novas aquisições de copos descartáveis deverão priorizar materiais biodegradáveis, buscando reduzir os impactos ambientais do descarte destes resíduos.

c) Meta

Tem-se como meta para essa ação substituir 100% dos copos plásticos na instituição, em até 5 anos.

d) Unidades e áreas envolvidas para implementação da ação

Os principais responsáveis pela implementação dessa ação serão os membros da Coordenação Administrativa, responsáveis pela aquisição de insumos para a instituição.

e) Monitoramento

Para acompanhar a substituição dos copos plásticos comuns, deverá ocorrer o monitoramento através da proporção de copos biodegradáveis (%), verificando a quantidade de copos biodegradáveis consumida em relação a quantidade de copos plásticos comuns, conforme **Equação 8**.

Equação 8: SUBSTITUIÇÃO DOS COPOS DESCARTÁVEIS COMUNS POR BIODEGRADÁVEIS

$$\text{Copos plásticos substituídos (\%)} = \left(\frac{\text{Qtd de copos biodegradáveis}}{\text{Qtd de copos plásticos}} \right) \times 100$$

3.1.3.3. Procedimentos padrões sobre o uso de copos descartáveis na Agência das Bacias PCJ

Com a adesão da Agência das Bacias PCJ junto ao Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P do Ministério do Meio Ambiente, várias ações visando a sustentabilidade serão implantadas na instituição. Uma delas será a substituição dos copos descartáveis por canecas duráveis. Neste sentido, seguem as regras para utilização dos descartáveis e das novas canecas duráveis, a partir de 06/03/2019.

1. Todos os colaboradores da Agência das Bacias PCJ, sem exceção, receberão duas canecas duráveis, sendo uma para bebidas frias, como água, suco, refrigerantes e outra para bebidas quentes, como chá, café, entre outras que possam ser servidas nas dependências da instituição;

2. Todas as canecas são de propriedade da Agência das Bacias PCJ e para o uso exclusivo do colaborador em caráter de empréstimo, ficando proibido o uso das mesmas fora da instituição;

3. Cada colaborador será responsável pelo bom uso, armazenamento e higienização das canecas nas pias localizadas no interior de cada sala, ou na sala de lanche. Recomenda-se a utilização de papel toalha para a secagem das canecas após o processo de higienização das mesmas;

4. Para a higienização serão disponibilizados kits de limpeza em cada uma das salas;

5. Por um período de 3 (três) meses, a contar da data acima informada, serão disponibilizadas para cada setor, quantidades limitadas de copos descartáveis para água e café visando atender somente ao público externo;

6. Para cada setor serão disponibilizados 10 (dez) copos descartáveis para água, 10 (dez) copos para café e 10 (dez) mexedores de açúcar/adoçante, com exceção das salas 803, 303 e 304;

7. A sala 803 de reunião localizada no 8o andar, as salas 303 e 304 das Diretorias da Agência das Bacias PCJ, ambas localizadas no 3o andar, receberão 01 (um) pacote de copo descartável de água, 01 (um) pacote de copo descartável para café e 01 (um) pacote com mexedores para açúcar/adoçantes;

- Todas as segundas-feiras será verificada, pelo colaborador responsável por serviços gerais, a necessidade de reposição dos pacotes de descartáveis, porém a reposição somente ocorrerá quando a quantidade disponível por pacote for inferior a 30% dos descartáveis;

- Os pacotes de descartáveis ficarão guardados nos armários das respectivas salas e ficarão disponíveis para a utilização do público externo, de forma aparente, somente a quantidade de 10 (dez) unidades por descartável;

8. A reposição dos descartáveis, nos demais setores, também será as segundas-feiras e deverá ser reposta a quantidade de até 10 (dez) unidade por tipo de descartável, de acordo com as quantidades informadas no item 6 acima;

9. Em todas as salas serão disponibilizados display com informações sobre ADOTE O SEU COPO;

10. Pelo período de 3 (três) meses será observado, por cada um dos membros do Comitê Operacional PCJ, o comportamento dos colaboradores no uso dos descartáveis e cumprimento as regras estabelecidas;

11. Caberá a cada membro do Comitê Operacional PCJ, observar e mensurar o uso dos descartáveis e ao término do período de experiência, dar feedback para a Comissão da A3P PCJ, que conjuntamente darão um feedback aos demais colaboradores da instituição;

12. Após o período experimental de 3 (três) meses, estas regras serão avaliadas e poderão ser alteradas em função dos relatos apresentados pelo Comitê Operacional PCJ e deverão constituir documento oficial da instituição com a finalidade de registro e continuidade do processo de sustentabilidade.

Fonte: Elaborado pelo Comitê Operacional (2019).

3.2. Tema: Segregação dos resíduos na fonte

As ações que compõem o segundo tema “Segregação dos resíduos na fonte”, detalhadas na sequência, buscam induzir os colaboradores da instituição a separarem os resíduos recicláveis e reutilizáveis dos rejeitos e resíduos perigosos.

3.2.1. AÇÃO I: DESCARTAR ADEQUADAMENTE OS TONERS VAZIOS

O diagnóstico realizado demonstrou que não há nenhum procedimento específico para o descarte de toners na instituição, sendo estes descartados juntamente aos materiais recicláveis. No primeiro ano de execução do PGS foi analisada e definida a melhor forma para o descarte ambientalmente adequado destes materiais. Esta ação busca dar continuidade ao descarte de toners vazios.

a) Objetivo da ação

Descartar os toners vazios de acordo com os procedimentos operacionais definidos para o descarte ambientalmente adequado.

b) Detalhamento de implementação da ação

Considerando a logística reversa, preconizada na Lei Nacional nº 9.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, todos os toners que atingirem sua vida útil deverão ser destacados em pontos de coleta municípios e de acordo com a necessidade, conforme procedimentos definidos pela instituição.

c) Meta

Tem-se como meta para esta ação, destinar adequadamente 100% dos toners utilizados na instituição.

d) Unidades e áreas envolvidas para implementação da ação

O Comitê Operacional será o responsável pelo acompanhar o monitoramento dos descartes, cabendo à Coordenação Administrativa e a Assessoria de TI da instituição a execução do descarte ambientalmente adequado.

e) Monitoramento e avaliação da ação

A ação será monitorada pela proporção de toners, conforme **Equação 9**, descartados de forma ambientalmente adequada, anualmente.

Equação 9: Descartar adequadamente os toners vazios

$$\text{Toner descartados adequadamente (\%)} = \left(\frac{\text{Qtd de toner vazios}}{\text{Qtd de toners vazios descartados adequadamente}} \right) \times 100$$

3.2.2. AÇÃO II: DESTINAR ADEQUADAMENTE AS LÂMPADAS UTILIZADAS

O diagnóstico realizado demonstrou que a destinação final das lâmpadas fluorescentes que são substituídas nas salas da instituição fica sob responsabilidade do zelador do edifício onde a Agência das Bacias PCJ está alocada, quando as mesmas não são retiradas pela empresa especializada responsável pela substituição. Em 2019, todas as lâmpadas fluorescentes em uso nas dependências da instituição foram substituídas por lâmpadas de tecnologia LED, sendo as lâmpadas substituídas encaminhadas para destinação final ambientalmente adequada. Sendo assim, esta ação, inicialmente dedicada à destinação de lâmpadas fluorescentes, foi adequada para abranger também o descarte adequado de lâmpadas LED, de acordo com o necessário.

a) Objetivo da ação

Dar destinação final ambientalmente adequada para as lâmpadas que são substituídas nas dependências da instituição.

b) Detalhamento de implementação da ação

Considerando a logística reversa, preconizada na Lei Nacional nº 9.305/2010 e o Acordo Setorial firmado, em novembro de 2014, entre os fabricantes, importadores, comerciantes e distribuidores de lâmpadas fluorescentes para regulamentar a implantação de Sistema de Logística Reversa de abrangência nacional de lâmpadas, a proposta da presente ação prevê que as lâmpadas da instituição sejam encaminhadas pela mesma para pontos de coleta disponíveis no município.

c) Meta

Tem-se como meta para esta ação destinar adequadamente 100% das lâmpadas substituídas na instituição, anualmente.

d) Unidades e áreas envolvidas para implementação da ação

Trata-se de uma ação contínua. Todas as lâmpadas utilizadas nas dependências da instituição, como dito anteriormente, foram substituídas de fluorescentes para LED e, caso seja necessário, a substituição deverá continuar sendo por lâmpadas de LED. Diante do apresentado, caberá a Coordenação Administrativa a responsabilidade da substituição das lâmpadas, de acordo com a necessidade, bem como pelo armazenamento e descarte ambientalmente adequado das mesmas.

e) Monitoramento e avaliação da ação

A ação contínua é monitorada pela proporção de lâmpadas que foram substituídas e encaminhadas para destinação final ambientalmente adequada, anualmente, conforme **Equação 10**.

Equação 10: Destinar adequadamente as lâmpadas utilizadas

$$\text{Lâmpadas com descarte adequado (\%)} = \left(\frac{\text{Qtd de lâmpadas substituídas}}{\text{Qtd de lâmpadas descartadas adequadamente}} \right) \times 100$$

3.2.3. AÇÃO III: DESTINAR ADEQUADAMENTE PILHAS E BATERIAS

Em 2019, foi instalado um ponto de coleta para pilhas e baterias, na instituição. Ainda que na instituição não haja um grande uso desses materiais, levantou-se a necessidade de um ponto de coleta para os próprios colaboradores depositarem estes materiais, de uso pessoal.

a) **Objetivo da ação**

Manter ponto de coleta na instituição para o descarte adequado de pilhas e baterias.

b) **Detalhamento de implementação da ação**

A ação envolve o estímulo e sensibilização dos colaboradores por meio de cartazes e campanhas sobre a importância do descarte adequado de pilhas e baterias. O descarte do material poderá ser conduzido em um ponto de coleta já reconhecido, como mercados ou nos pontos de descarte de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Piracicaba, quando houver. Para tanto, os próprios colaboradores poderão, periodicamente, encaminhar estes materiais até um dos inúmeros pontos de coleta pelo município, sem prejudicar sua rotina diária.

c) Metas

A meta consiste em destinar 100% a coleta de pilha e baterias para uma destinação adequada.

d) Unidades e áreas envolvidas para implementação da ação

A Comissão de Acompanhamento e o Comitê Operacional serão os responsáveis pela implantação desta ação, com o apoio da coordenação administrativa e assessoria de comunicação.

e) Monitoramento e avaliação da ação

A cada coleta e encaminhamento semestral dos resíduos será realizada uma pesagem para monitoramento da implementação da ação. A ação será monitorada pela proporção de pilhas e baterias, conforme **Equação 11**, descartados de forma ambientalmente adequada, anualmente.

Equação 11: Descartar adequadamente pilhas e baterias

$$\text{pilhas/baterias descartados adequadamente (\%)} = \left(\frac{\text{Qtd de pilhas/baterias}}{\text{Qtd de pilhas e baterias descartados adequadamente}} \right) \times 100$$

3.2.4. AÇÃO IV: DESTINAR ADEQUADAMENTE OS RESÍDUOS COLETADOS NA INSTITUIÇÃO

Esta ação se refere a destinação contínua e ambientalmente adequada dos materiais coletados na instituição. No decorrer dos anos 2019 e 2020 foram instalados na instituição coletores de resíduos específicos, tais como recicláveis, pilhas e baterias, esponjas e instrumentos de escrita.

Visando dar continuidade a destinação correta dos resíduos sólidos, mesmo o período da Pandemia do Covid-19, uma adaptação desta ação foi realizada, sendo contemplada nesta 2ª edição do PGS, buscando orientar os colaboradores sobre como poderão dar a destinação adequada para resíduos comuns, gerados nas atividades domésticas.

a) Objetivo da ação

Orientar os colaboradores quanto a destinação final ambientalmente adequada para todos os resíduos coletados na instituição e gerados nas atividades domésticas.

b) Detalhamento de implementação da ação

Considerando a disponibilização de coletores de resíduos específicos, conforme apresentado nos relatórios de monitoramento Resultados A3P [2019](#) e [2020](#) da Agência das Bacias PCJ, a presente ação destina-se a dar continuidade ao descarte ambientalmente adequado dos resíduos coletados na instituição, bem como dos resíduos gerados nas atividades domésticas, considerando que, em virtude da Pandemia do Covid-19, os colaboradores da instituição estão em trabalho remoto.

A destinação de cada material irá variar de acordo com as alternativas disponíveis. Os materiais recicláveis serão destinados à coleta seletiva municipal. As pilhas e baterias poderão ser descartadas em pontos de coleta municipais, ao passo que os demais materiais, tais como as esponjas e instrumentos de escrita, poderão ser destinados à programas de reciclagem, como por exemplo os programas da empresa Terracycle.

No que se refere aos resíduos gerados nas atividades domésticas, serão produzidos banners digitais informativos, que serão compartilhados via e-mail com os colaboradores. O conteúdo dos banners buscará orientar os colaboradores sobre o descarte adequado dos principais resíduos domiciliares. Será utilizado, ainda, como subsídio para a confecção dos materiais de divulgação, as dúvidas de descarte de resíduos registradas na pesquisa anual da A3P.

c) Meta

Tem-se como meta para esta ação destinar adequadamente 100% dos resíduos coletados na instituição, bem como, sensibilizar e orientar por meio de campanhas eletrônicas o descarte correto dos resíduos gerados nas atividades domésticas, durante o período em que os colaboradores estiverem em trabalho remoto.

d) Unidades e áreas envolvidas para implementação da ação

A equipe administrativa será responsável pelo armazenamento e descarte ambientalmente adequado dos resíduos, com apoio de membros do Comitê Operacional da A3P.

Nas residências cada colaborador será o responsável pelo descarte do material coletado, podendo ou não encaminhar os resultados do trabalho realizado para a instituição com objetivos de divulgar a extensão da ação.

e) Monitoramento e avaliação da ação

A ação será monitorada pela proporção (%) de cada categoria de resíduos coletados e encaminhados para destinação final ambientalmente adequada, anualmente, conforme **Equação 12**.

Equação 12: Destinar adequadamente os resíduos coletados na instituição

$$\text{Resíduos descartados (\%)} = \left(\frac{\text{Qtd de resíduos específico coletado}}{\text{Qtd de resíduo específico coletado e descartados adequadamente}} \right) \times 100$$

3.3. Orientação para a gestão dos resíduos sólidos

Em complemento as ações realizadas nos anos de 2019 e 2020, as quais poderão ser visualizadas nos relatórios de monitoramento dos respectivos anos, a proposta desta temática refere-se a criação de campanhas orientativas para a segregação de resíduos sólidos tanto no âmbito corporativo, como residencial.

3.3.1. AÇÃO I: CRIAR CAMPANHAS PERIÓDICAS PARA ORIENTAÇÃO E INCENTIVO À SEGREGAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Tendo em vista a importância da segregação dos resíduos sólidos, especialmente de resíduos cujo processo de reciclagem é complexo e pontos de coleta são pouco comuns, propõem-se como ação a criação de campanhas que visam a arrecadação de resíduos específicos, especialmente com fins sociais, como tampas (de qualquer recipiente) e lacres de latinhas de alumínio, por exemplo. Destaca-se que as campanhas foram uma importante estratégia utilizada para estimular os colaboradores da instituição a darem continuidade à segregação dos resíduos sólidos, em suas residências, considerando o cenário de pandemia e o trabalho remoto adotado desde março de 2020.

a) Objetivo da ação

Criar campanhas para a coleta de resíduos específicos com fins socioambientais.

b) Detalhamento de implementação da ação

Para a criação das campanhas, propõem-se inicialmente a campanha para coleta de tampas (de qualquer recipiente) e lacres de latas de alumínio. Para tanto deverão ser implantados pontos de coleta, quando possível em função da pandemia citada anteriormente, destes materiais na instituição e, quando atingida a quantidade mínima para encaminhamento dos materiais, estes terão destinação final socioambiental adequada. Ressalta-se que, previamente à criação da campanha e da coleta dos materiais, deverá ser verificado ou confirmada com antecedência a parceria para organização e planejamento da destinação adequada do material a ser coletado, por meio de campanha a ser realizada. Outras campanhas poderão ser lançadas ao longo do tempo, de acordo com a necessidade.

c) Meta

Tem-se como meta para esta ação criar ao menos 01 campanha de coleta de resíduos por ano e destinar adequadamente 100 % dos materiais coletados

d) Unidades e áreas envolvidas para implementação da ação

O Comitê Operacional A3P, quando necessário com o apoio da Coordenação Administrativa, será responsável pelo encaminhamento dos materiais coletados. Lembrando que poderá ser verificado a retirada dos materiais pelos possíveis parceiros nessa ação.

e) Monitoramento e avaliação da ação

A ação será monitorada pelo nº de campanhas realizadas e pela proporção (%) dos materiais coletados e encaminhados para destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a campanha (**Equação 13**).

Equação 13: Materiais coletados e encaminhados para destinação final ambientalmente adequada

$$\text{Materiais coletados (\%)} = \left(\frac{\text{Qtd de resíduos específico coletado}}{\text{Qtd de resíduo específico coletado e descartados adequadamente}} \right) \times 100$$

3.4. Quadro resumo das ações

No Quadro 2 apresenta-se um resumo das ações elencadas e descritas acima. Nele pode-se visualizar o tema que a ação está enquadrada, a meta para a mesma, o indicador para o seu monitoramento e a frequência proposta para o mesmo.

Quadro 2 - Quadro resumo das ações para o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

TEMA	AÇÃO	META	INDICADOR	FREQUÊNCIA DE MONITORAMENTO
REDUÇÃO E REUTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS NA GERAÇÃO	Configurar computadores para impressão frente e verso	Configurar 100% dos computadores e orientar 100% dos colaboradores	Nº total de impressões dividido pelo nº total de impressões frente e verso	Semestral
	Reduzir o consumo de papel sulfite e reutilizar na confecção de blocos de anotações	Reutilizar 100% do papel sulfite na confecção dos blocos de anotação	% do uso de blocos (Eq. 5) e consumo de papel sulfite (Eq.6)	Semestral
	Redução do consumo de copos descartáveis	Substituir 100% dos copos plásticos na instituição, em até 5 anos	% do consumo de copos descartáveis (Eq. 7) e % de copos plásticos substituídos (Eq. 8)	Semestral

SEGREGAÇÃO DOS RESÍDUOS NA FONTE	Descartar adequadamente os toners vazios	Destinar adequadamente 100% dos toners utilizados na instituição	% de toners descartados adequadamente (Eq. 9)	Semestral
	Destinar adequadamente as lâmpadas utilizadas	Destinar adequadamente 100% das lâmpadas substituídas na instituição	% lâmpadas descartadas adequadamente (Eq. 10)	Semestral
	Destinar adequadamente pilhas e baterias	Destinar adequadamente 100% as pilhas e baterias arrecadadas pelos colaboradores da instituição	% de pilhas e baterias descartadas adequadamente (Eq. 11)	Semestral
	Destinar adequadamente os resíduos coletados na instituição	Destinar adequadamente 100% dos resíduos coletados na instituição	% resíduos descartados adequadamente (Eq. 12)	Semestral
ORIENTAÇÃO PARA A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	Criar campanhas periódicas para orientação e incentivo à segregação de resíduos sólidos	Criar ao menos 01 campanha de coleta de resíduos por ano e destinar adequadamente 100 % dos materiais coletados	Nº de campanhas e % dos materiais coletados nas campanhas e destinadas adequadamente	A depender do tipo de campanha

Fonte: Elaborado pelo Comitê Operacional (2021).

4. Qualidade de vida no ambiente de trabalho (Eixo 3)

A qualidade de vida no ambiente de trabalho visa facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador ao desenvolver suas atividades na organização através de ações para o desenvolvimento pessoal e profissional.

Desde o início de 2020, a pandemia do Covid-19 criou uma nova realidade de trabalho, exigindo que a Agência das Bacias PCJ e seus colaboradores se adaptassem as novas rotinas, como por exemplo o regime de home office, que foi totalmente sem planejamento ou treinamento, mas não por falha da instituição, mas pelo fato de que não esperávamos passar por situação como esta. Tivemos que levar o trabalho para casa, mudar a nossa rotina, assumir outras atividades concomitantes a do trabalho como cuidar da família e dos filhos, aumentando consideravelmente as responsabilidades e cuidados no dia a dia.

Diante deste fato, nesta 2ª edição do PGS além de continuar a incentivar o já programado, serão incluídas atividades que favoreçam essa nova forma de trabalho, buscando sempre ressaltar a importância do bem-estar físico e mental.

4.1. Ações do Eixo

4.1.1. AÇÃO I: PROMOVER E DIVULGAR ATIVIDADES FÍSICAS VISANDO REDUZIR DOENÇAS OCUPACIONAIS E FOMENTAR QUALIDADE DE VIDA

Atividades físicas, como caminhada, alongamento, corrida e a prática da meditação ajudam a prevenir doenças, proporcionam maior disposição, integram as pessoas, trazem felicidade e bem-estar.

a) Objetivo da ação

Promover a criação do hábito da atividade física visando promover a qualidade de vida dos colaboradores, evitando doenças ocupacionais e melhorando o ambiente de trabalho, seja na instituição ou em home office.

b) Detalhamento de implementação da ação

A implementação da ação se dará prioritariamente por meio de duas formas:

- Divulgação de práticas externas de atividades físicas gratuitas;
- Formação de grupos entre os colaboradores para a realização de atividades físicas;
- Campanhas educativas visando estimular o bem-estar e a qualidade de vida.

c) Meta

Tem-se como meta para essa ação a adesão de 20% dos colaboradores em cada atividade desenvolvida.

d) Unidades e áreas envolvidas para implementação da ação

Os membros do Comitê Operacional serão responsáveis pela implementação da ação com auxílio das demais áreas, quando pertinente.

e) Monitoramento e avaliação da ação

O monitoramento será anual e se dará por meio da assiduidade dos colaboradores, podendo ser medida por meio de lista de presença, conforme Equação 13.

Equação 13: Colaboradores adeptos às atividades físicas

$$\text{Colabores adeptos à atividade física (\%)} = \left(\frac{\text{Qtd colaboradores adeptos}}{\text{Qtd total de colaboradotes}} \right) \times 100\%$$

4.1.2. AÇÃO II: PROMOVER CAMPANHAS RELACIONADAS À SAÚDE DOS COLABORADORES

A falta de conhecimento sobre assuntos relacionados à saúde, pode acarretar prejuízos para a vida do colaborador, em todos os âmbitos sociais, seja no trabalho ou fora dele. Por isso, promover campanhas relacionadas à essa temática se faz essencial.

a) Objetivo da ação

Conscientizar os colaboradores em relação à sua saúde e fomentar ações para o autocuidado.

b) Detalhamento de implementação da ação

Serão realizadas campanhas ao longo do ano, relacionadas à: saúde do homem e da mulher; doação de sangue e medula óssea; vacinação promovidas pelo Ministério da Saúde; e outras conforme pertinência e a necessidade.

c) Meta

Adesão de ao menos 50% dos colaboradores, em cada uma das campanhas realizadas.

d) Unidades e áreas envolvidas para implementação da ação

Os membros do Comitê Operacional serão os principais responsáveis pela implementação desta ação.

e) Monitoramento avaliação da ação

O monitoramento será anual e se dará por meio da assiduidade dos colaboradores, podendo ser medida por meio de lista de presença e da avaliação anual, conforme **Equação 14**.

Equação 14: Colaboradores adeptos às atividades físicas

$$\text{Colaboradores adeptos às campanhas (\%)} = \left(\frac{\text{Qtd colaboradores adeptos}}{\text{Qtd total de colaboradores}} \right) \times 100\%$$

4.2. Quadro resumo das ações

No Quadro 3 apresenta-se um resumo das ações elencadas e descritas acima. Nele pode-se visualizar o eixo que a ação está enquadrada, a meta para a mesma, o indicador para o seu monitoramento e a frequência proposta para o mesmo.

Quadro 3 - Quadro resumo das ações para o eixo sobre qualidade de vida no ambiente de trabalho.

EIXO	AÇÃO	META	INDICADOR	FREQUÊNCIA DE MONITORAMENTO
QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO	Promover e divulgar atividades físicas visando reduzir doenças ocupacionais e fomentar qualidade de vida	Adesão de 20% dos colaboradores em cada atividade desenvolvida	Proporção de colaboradores que participam de cada atividade desenvolvida	Anual
	Promover campanhas relacionadas à saúde dos colaboradores	Adesão de 50% dos colaboradores em cada uma das campanhas realizadas	Proporção de colaboradores que participaram de cada campanha	Anual

Fonte: Elaborado pelo Comitê Operacional (2021).

5. Sensibilização e capacitação dos colaboradores (Eixo 4)

A sensibilização visa criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos colaboradores da instituição. O processo de capacitação contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais fornecendo oportunidade para os colaboradores desenvolverem atitudes para um melhor desempenho de suas atividades.

Merece destaque que durante a elaboração do Diagnóstico Socioambiental, foi aplicado um questionário aos colaboradores da instituição para levantar informações sobre o interesse e necessidade de capacitações em temáticas voltadas ao meio ambiente e sustentabilidade. Dessa forma, o plano de ação foi elaborado com base nessas informações.

No final de 2020, através da pesquisa de avaliação sobre o desenvolvimento do programa A3P na Agência das Bacias PCJ, ressalta-se que a sensibilização e a capacitação dos colaboradores foram um dos assuntos destaque.

Diante do exposto, para a 2ª edição do PGS foi levado em consideração a continuidade dos assuntos verificados durante a realização do Diagnóstico Ambiental, bem como sobre a importância da continuidade das ações a serem apresentadas a seguir.

5.1. Ações do Eixo

5.1.1. AÇÃO I: REALIZAR CAMPANHAS PARA CONSCIENTIZAÇÃO DO USO RACIONAL DOS RECURSOS NATURAIS E ASSUNTOS CORRELATOS

Conforme citado anteriormente foram verificadas as necessidades de realização de campanhas de sensibilização junto aos colaboradores para explicar a importância da Gestão dos Recursos Hídricos, uma vez que o número de novos colaboradores era considerável, bem como para promover campanhas específicas sobre o uso racional dos recursos naturais ou outros assuntos correlatos e sobre o programa A3P.

Acredita-se que por meio dessas campanhas ou sensibilizações será possível promover a participação ativa de todos os colaboradores e da criação de hábitos mais sustentáveis e socialmente responsáveis.

a) Objetivo da ação

Orientar os colaboradores sobre as iniciativas de sustentabilidade que estão sendo implementadas na instituição e incentivar a adoção de boas práticas no ambiente de trabalho, bem como promover a troca de experiências internas por meio de assuntos trabalhados por diferentes áreas visando a gestão dos recursos hídricos.

b) Detalhamento de implementação da ação

Para a implementação da ação de sensibilização junto aos colaboradores quanto a gestão dos recursos hídricos, ao uso racional dos recursos naturais e outros assuntos correlatos, será definida anualmente cronograma de campanhas a serem distribuídas ao longo do ano, o qual terá atividades específicas de conscientização conforme pertinência.

Caberá aos membros do Comitê Operacional preparar o conteúdo para as campanhas, tais como adesivos, banners, descanso de tela, capacitação etc.

c) Meta

Tem-se como meta para esta ação sensibilizar 100% dos colaboradores, através das campanhas para conscientização sobre a gestão dos recursos hídricos, o uso racional dos recursos naturais e outros assuntos correlatos.

d) Unidades e áreas envolvidas para implementação da ação

Os membros do Comitê Operacional com o auxílio das demais coordenações e assessorias serão os responsáveis pela implementação da ação.

e) Monitoramento e avaliação da ação

A ação será avaliada anualmente por meio da avaliação da quantidade de campanhas realizadas anualmente, em relação a quantidade de campanhas planejadas, conforme Equação 15:

Equação 15: Quantidade de campanhas realizadas anualmente em relação ao planejado

$$\text{Campanhas realizadas (\%)} = \left(\frac{\text{Qtd campanhas realizadas}}{\text{Qtd campanhas planejadas}} \right) \times 100\%$$

5.1.2. AÇÃO II: CELEBRAR DATAS COMEMORATIVAS RELACIONADAS À SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA

Continuar celebrando datas comemorativas relacionadas à sustentabilidade e qualidade de vida, visando promover integração e interação entre os colaboradores.

a) Objetivo da ação

Promover o conhecimento e a interação entre os colaboradores, por meio de um momento mais descontraído em meio às atividades de rotina, sempre inter-relacionando esse momento à alguma atividade de sensibilização sobre a temática socioambiental.

b) Detalhamento de implementação da ação

A implementação da ação se dará por meio da fixação de um calendário anual com datas comemorativas.

c) Meta

Celebrar datas comemorativas, a serem definidas, e obter 80% da participação dos colaboradores em cada celebração, sendo essa participação de forma passiva (ao se tratar de cursos ou palestras) e ativa (quando o colaborador participar ativamente da celebração, engajando-se no processo de criação e desenvolvimento da ação

d) Unidades e áreas envolvidas para implementação da ação

Os membros do Comitê Operacional serão responsáveis pela implementação da ação com auxílio das demais coordenações e assessorias quando pertinente.

e) Monitoramento e avaliação da ação

O monitoramento será anual, avaliado por meio da frequência de participação via checagem em lista de presença (para atividades que permitirem esse tipo de comprovação). As atividades com outros formatos, que necessitem o envolvimento dos colaboradores no que tange ao processo de criação e desenvolvimento da ação, será avaliada por meio do número de colaboradores que se dispuseram a participar.

Ao final da celebração de cada data comemorativa, será enviado a todos os colaboradores uma pesquisa de satisfação.

5.1.3. AÇÃO III: DIVULGAR CURSOS DE APRIMORAMENTO PESSOAL, PROFISSIONAL E DE TEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL

Tendo em vista que a necessidade de capacitação e aprimoramento humano deve ser de forma contínua, a instituição procurará promover a divulgação de cursos relacionados às temáticas socioambientais e/ou outras que julgar pertinente. Além disso, tal ação poderá contribuir para a implementação do Plano de Desenvolvimento Individual dos colaboradores a partir do Programa de Avaliação de Desempenho da Agência das Bacias PCJ.

a) Objetivo da ação

Divulgar cursos EAD ou presenciais relacionados às temáticas de aprimoramento pessoal, profissional e ambientais aos colaboradores da instituição.

b) Detalhamento de implementação da ação

A implementação da ação se dará por meio da divulgação mensal, via e-mail, de cursos e palestras, presenciais ou online, que possam ser de interesse dos colaboradores.

c) Meta

Tem-se como meta motivar 100% dos colaboradores a cursar no mínimo um curso de aprimoramento pessoal, profissional ou ambiental no ano.

d) Unidades e áreas envolvidas para implementação da ação

Os membros do Comitê Operacional serão responsáveis pela implementação da ação.

e) Monitoramento e avaliação da ação

O monitoramento será anual, feito por meio da contabilização dos certificados de conclusão dos cursos. Mensalmente será enviado um e-mail para que os colaboradores encaminhem seus certificados ao membro do Comitê Operacional responsável pelo controle e registro dos mesmos. Ao final do ano, serão contabilizados todos os cursos para verificação da média atingida.

5.1.4. AÇÃO IV: REALIZAR CAPACITAÇÕES INTERNAS

Assim como descrito na Ação III, a necessidade de capacitação e aprimoramento humano é contínua, por isso a instituição também promoverá capacitações que considere importantes para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do conhecimento de seus colaboradores.

a) Objetivo da ação

Promover a capacitação dos colaboradores da instituição visando a troca de experiências e o repasse de informações sobre as atividades da instituição e a gestão dos recursos hídricos.

b) Detalhamento de implementação da ação

A implementação da ação poderá ocorrer por meio de parceria, com equipe interna ou por meio de parceria externa, bem como de contratação de consultoria especializada para aplicação de capacitação aos colaboradores, caso seja pertinente. O Comitê Operacional poderá auxiliar durante a capacitação, bem como na elaboração de materiais de sensibilização necessários à capacitação.

c) Meta

Capacitar até 80% dos colaboradores em cada capacitação realizada.

d) Unidades e áreas envolvidas para implementação da ação

Os membros do Comitê Operacional e as coordenações e assessorias da instituição quando necessário.

e) Monitoramento e avaliação da ação

A ação será avaliada anualmente, por meio da contabilização da quantidade de colaboradores que participaram dos cursos de capacitação, conforme Equação 16:

Equação 16: Contabilização da quantidade de colaboradores que participaram dos cursos de capacitação

$$\text{Colaboradores capacitados (\%)} = \left(\frac{\text{Qtd colaboradores capacitados}}{\text{Qtd total de colaboradores}} \right) \times 100\%$$

5.2. Quadro resumo das ações

No Quadro 4 apresenta-se um resumo das ações elencadas e descritas acima. Nele pode-se visualizar o eixo que a ação está enquadrada, a meta para a mesma, o indicador para o seu monitoramento e a frequência proposta para o mesmo.

Quadro 4 - Quadro resumo das ações para o eixo sobre sensibilização e capacitação dos colaboradores.

EIXO	AÇÃO	META	INDICADOR	FREQUÊNCIA DE MONITORAMENTO
SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS COLABORADORES	Realizar campanhas sobre o uso racional dos recursos naturais e assuntos correlatos	Sensibilizar 100% dos colaboradores	Proporção de campanhas realizadas	Anual
	Celebrar datas comemorativas relacionadas à sustentabilidade e qualidade de vida	Obter 80% da participação dos colaboradores de forma passiva ou ativa	Porcentagem de colaboradores que participaram das celebrações	Anual
	Divulgar cursos de aprimoramento e de temática socioambiental	Motivar 100% dos colaboradores a cursar algum curso	Porcentagem de colaboradores que realizaram cursos	Anual
	Realizar capacitações internas	Capacitar 80% dos colaboradores	Porcentagem de colaboradores que participaram da capacitação	Anual

Fonte: Elaborado pelo Comitê Operacional (2021).

6. Compras públicas sustentáveis (Eixo 5)

A responsabilidade social da Agência das Bacias PCJ implica o desenvolvimento de práticas de gestão socialmente responsáveis no gerenciamento de suas ações, atentando para o baixo custo e alto padrão de qualidade dos produtos adquiridos, mas também contemplando aspectos do desenvolvimento sustentável, capacitando seus colaboradores e buscando parceiros que atuem em suas empresas com projetos sustentáveis.

O Diagnóstico Socioambiental da Agência das Bacias PCJ efetuou um levantamento detalhado dos bens adquiridos e serviços contratados para o exercício de 2018. Com base nesse levantamento, foi possível observar que as únicas aquisições que consideraram os critérios de sustentabilidade foram as aquisições de papel sulfite A4, todos os outros itens foram adquiridos sem considerar tais critérios.

A partir do Relatório de Monitoramento da A3P PCJ - Exercício 2019, foi verificada a necessidade de ampliar o escopo de aquisições com critérios socioambientais, conforme a Agência das Bacias PCJ aprimora a prática internamente. Desta forma, no ano de 2020 foi constatado um aumento de 7% na quantidade de licitações sustentáveis em relação ao total, em comparação com o ano de 2019.

Sendo assim, para a 2ª edição do PGS estão sendo propostas ações que visam ampliar a utilização de critérios e práticas de sustentabilidade para a aquisição de bens e contratação de serviços.

6.1. Ações do Eixo

6.1.1. ACÇÃO I: MAPEAR AS OPÇÕES DE CAPACITAÇÃO SOBRE COMPRAS PÚBLICAS E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Tendo em vista que a necessidade de capacitação dos colaboradores é contínua, Agência das Bacias PCJ recomenda-se que a instituição incentive a participação dos colaboradores em cursos e especializações sobre compras públicas, licitações sustentáveis e elaboração de Termos de Referência utilizando critérios de sustentabilidade, de maneira a escolher a opção mais viável e que se adapte às suas necessidades.

a) Objetivo da ação

Incentivar a capacitação dos colaboradores da Agência das Bacias PCJ sobre compras públicas e licitações sustentáveis.

b) Detalhamento de implementação da ação

Pesquisar instituições que ofereçam cursos com o conteúdo necessário sobre compras/licitações sustentáveis e divulgar eventos/cursos que abordem a temática, de preferência gratuitos.

c) Meta

Trata-se de uma ação contínua, visto que a necessidade de capacitação dos colaboradores é constante.

d) Unidades e áreas envolvidas para implementação da ação

O Comitê Operacional será responsável pela implementação desta ação com o auxílio e participação das demais áreas da instituição, envolvidas diretamente com a temática.

e) Monitoramento e avaliação da ação

Para o monitoramento da implementação da ação selecionou-se os seguintes indicadores:

- Número de capacitações e cursos/eventos divulgados
- Número de colaboradores capacitados

Equação 17: Colaboradores capacitados

$$\text{Colaboradores capacitados (\%)} = \left(\frac{\text{Qtd colaboradores capacitados}}{\text{Qtd total de colaboradores}} \right) \times 100\%$$

6.1.2. AÇÃO II: ELABORAÇÃO DE CARTILHA COM ORIENTAÇÃO PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS UTILIZANDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

Devido à necessidade de participação de todos os colaboradores que elaboram termos de referência, foi preciso pensar na elaboração de um material consultivo para auxiliar todas as áreas da instituição para a utilização de critérios de sustentabilidade nas contratações.

a) Objetivo da ação

Elaboração de material consultivo, incluindo modelos de editais que integram critérios e práticas sustentáveis.

b) Detalhamento de implementação da ação

Será utilizado como base diversos documentos para elaboração do material:

- [Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do trabalho;](#)
- [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – Advocacia Geral da União;](#)
- [Guia de Compras Públicas Sustentáveis para Administração Federal – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;](#)
- Contratações Públicas Sustentáveis – Escola Nacional de Administração Pública;

- Minutas de editais disponibilizados pela Bolsa Eletrônica de Compras do Estado de São Paulo (BEC).

c) Meta

Para esta ação, a meta é a elaboração de materiais consultivos em até doze meses após a aprovação da atualização da 2ª edição do PGS, para início a partir de 2022, conforme cronograma abaixo (**Quadro 5**).

Quadro 5 - Cronograma da ação para elaboração de material consultivo

ETAPA	MESES											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Pesquisa e consulta às legislações pertinentes												
Levantamento dos critérios sustentáveis aplicáveis às licitações da Agência												
Elaboração de minuta de edital com critérios e práticas sustentáveis.												
Validação pelo Departamento Jurídico												
Validação pela Diretoria												
Divulgação do material aos colaboradores												

d) Unidades e áreas envolvidas para implementação da ação

O Comitê Operacional será responsável pela implementação desta ação com o auxílio e participação das demais áreas da instituição, envolvidas diretamente com a temática.

e) Monitoramento e avaliação da ação

Para o monitoramento da implementação da ação selecionou-se o seguinte indicador:

- Material elaborado pelo Eixo e validado pela Diretoria.

6.1.3. AÇÃO III: SELECIONAR PRODUTOS PRIORITÁRIOS E ADQUIRI-LOS CONFORME CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE DEFINIDOS

Para a implantação de compras/licitações sustentáveis na Agência das Bacias PCJ, foram selecionados os produtos prioritários e os critérios e práticas de sustentabilidade para a sua aquisição.

Foi dada prioridade para aquisição de bens de consumo, como por exemplo: material de escritório e de gráfica, material de limpeza e higiene e cartuchos de tinta e de toner. Após a seleção dos mesmos, foi efetuada a aquisição pela Coordenação Administrativa.

a) Objetivo da ação

Selecionar materiais de consumo prioritários e adquiri-los conforme critérios de sustentabilidade definidos. Em um segundo momento serão adotados critérios de sustentabilidade para outras contratações de maior complexidade, como manutenção de imóveis e contratação de serviços.

b) Detalhamento de implementação da ação

Nos primeiros anos de implementação da A3P, 2019 e 2020, foi dada a prioridade para bens de consumo devido à facilidade de implementação. A partir de 2021, será ampliado o escopo para outras contratações, como serviços.

Sempre que possível, serão adquiridos bens e materiais de consumo que tenham selo, rotulagem e/ou certificações socioambientais; materiais biodegradáveis, de qualidade, com maior durabilidade e menos agressivos ao meio ambiente. Todos os setores serão orientados a solicitarem somente a compra de materiais que realmente serão utilizados no período de 01 (um) ano, evitando, assim, estoque desnecessário.

Nos processos licitatórios, serão utilizados nos Termos de Referência (TR) os critérios de sustentabilidade (ex. reciclagem de materiais, utilização de materiais biodegradável, não tóxico e ecoeficiente), buscando selecionar empresas que tenham projetos ambientalmente sustentáveis. Também serão observadas legislações específicas, como a [Lei Federal nº 8.666/93](#), a [Instrução Normativa Federal nº 01/2010](#), [Lei Federal nº 14.133/2021](#) e a [Resolução ANA nº 122/2019](#) além do material consultivo que será elaborado pelo Eixo.

Na construção da sede serão observados critérios de sustentabilidade, como exemplo, ventilação e iluminação natural, aproveitamento de água de chuva, sistema de reuso de água, plantio de árvores, local para descanso dos funcionários. A metodologia para implementar compras públicas sustentáveis será:

1. Validação com a Diretoria (para contratações de prestação de serviços);
2. Validação com o Jurídico (para contratações de prestação de serviços);
3. Seleção dos produtos e/ou serviços;
4. Levantamento das alternativas sustentáveis;
5. Elaboração do Termo de Referência e realização do Processo Licitatório;
6. Compra dos Produtos e/ou Serviços.

c) Meta

Aplicação imediata da ação conforme a necessidade de aquisição dos produtos. Na aquisição de bens de consumo, deverão ser utilizados materiais e produtos que usem critérios de sustentabilidade.

d) Unidades e áreas envolvidas para implementação da ação

O Comitê Operacional será responsável pela implementação desta ação com o auxílio e participação das demais áreas da instituição, envolvidas diretamente com a temática.

e) Monitoramento e avaliação da ação

Para o monitoramento da implementação da ação selecionou-se o seguinte indicador:

- Números de produtos adquiridos com critérios de sustentabilidade.

Equação 18: Produtos adquiridos com critério de sustentabilidade

$$\text{Produtos adquiridos com crit. sustent. (\%)} = \left(\frac{\text{Qtd produtos adquiridos com crit. sustent.}}{\text{Qtd total de produtos adquiridos}} \right) \times 100\%$$

6.1.4. AÇÃO IV: INICIAR O PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COM CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE (PROJETO PILOTO)

Atualmente, somente a aquisição de bens de consumo é realizada utilizando-se critérios sustentáveis. Desta forma, está previsto um processo de contratação de serviços utilizando-se de critérios de sustentabilidade. O projeto piloto será iniciado a partir 2022.

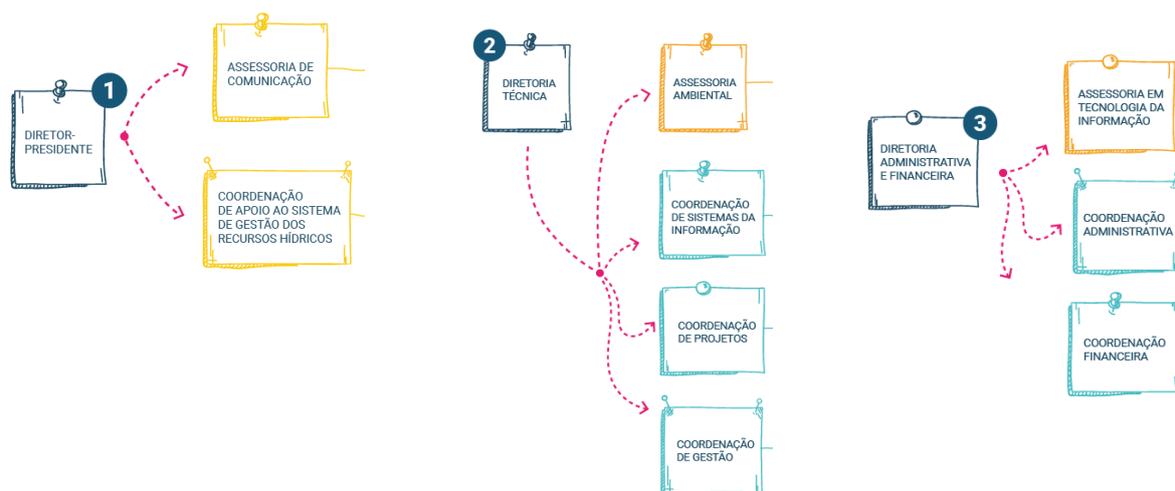
a) Objetivo da ação

Realizar a contratação de serviço utilizando-se de critérios de sustentabilidade por meio de um projeto piloto a ser definido.

b) Detalhamento de implementação da ação

A Agência das Bacias PCJ possui atualmente a seguinte divisão interna de áreas (**Figura 3**)

Figura 3 – Divisão Interna de áreas na Agência das Bacias PCJ.



Fonte: Relatório Institucional da Agência das Bacias PCJ 2020¹⁰.

Todas as áreas citadas possuem serviços que poderão ser identificados para servir como projeto piloto. Inicialmente, portanto, a identificação do serviço e o acordo com a respectiva diretoria e área correspondente deverá ser firmado.

Posteriormente, com a participação da área escolhida, deverá ser elaborado um Termo de Referência (TR) contendo os critérios de sustentabilidade específicos para o serviço a ser contratado, buscando selecionar empresas que atendam aos mesmos.

Após a elaboração do TR, o mesmo deverá ser validado pela coordenação responsável e seguir os trâmites segundo o mapeamento de processos da Agência das Bacias PCJ.

c) Meta

A meta para esta ação é a contratação de serviço que servirá como projeto piloto, utilizando-se critérios de sustentabilidade.

d) Unidades e áreas envolvidas para implementação da ação

O Comitê Operacional será responsável pelo acompanhamento e o repasse das orientações visando implementação desta ação com o auxílio e participação das demais áreas da instituição, envolvidas diretamente com a temática.

e) Monitoramento e avaliação da ação

O monitoramento da implementação da ação será a contratação do serviço previamente definido.

¹⁰Link acesso: <https://agencia.baciaspcj.org.br/institucional2020/wp-content/uploads/2021/04/Relatorio-Institucional-da-Agencia-das-bacias-PCJ-2020.pdf>

6.1.5. AÇÃO V: MAPEAR O PROCESSO DE COMPRA PÚBLICA SUSTENTÁVEL

Tendo em vista que as contratações sejam com critérios de sustentabilidade, propõe-se mapear o processo de compra pública sustentável por meio de um roteiro elaborado que servirá de base para tornar-se um procedimento interno da Agência das Bacias PCJ.

Para essa 2ª edição do PGS, em 2021, foram realizados contatos e pesquisas com outras instituições para verificar quais procedimentos e critérios de sustentabilidade são adotados nos processos de compras públicas sustentáveis, visando aprimorar e incorporar melhorias internas no âmbito da Agência das Bacias PCJ.

Foram contatadas duas instituições públicas, sendo a Prefeitura Municipal de Rio Claro e a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – ESALQ/USP, sendo que, neste último caso, as contratações ocorrem pela Seção de Compras da Prefeitura do campus Luiz de Queiroz. No caso da P.M. de Rio Claro, o Departamento de Compras informou que não são realizadas compras com critério sustentável. Quanto à Seção de Compras do campus Luiz de Queiroz, as aquisições são feitas praticamente todas pela Bolsa Eletrônica de Compras do Estado de São Paulo (BEC). Desta forma, são utilizados os bens cadastrados na BEC e a escolha destes é de responsabilidade de cada requisitante. Além disso, frequentemente são promovidos pela USP eventos e cursos relacionados à temática de aquisições sustentáveis.

a) Objetivo da ação

Realizar o mapeamento do processo de compra sustentável e elaborar um roteiro com detalhamento de todo o processo visando a adequação do mapeamento de processo existente ou a elaboração de um novo.

b) Detalhamento de implementação da ação

Será formado um Grupo Técnico Interno para a implementação desta ação. Inicialmente ser verificado qual o processo mapeado é utilizado atualmente e se envolve os requisitos e o processo para compra sustentável. Se não possui tais critérios de sustentabilidade verificar a possibilidade de inserção para adequação ou até a elaboração de um novo mapeamento de processo visando atingir a meta proposta. Caso possua tais critérios verificar a necessidade de adequações e atualizações segundo as legislações aplicadas, bem como outros instrumentos jurídicos.

c) Meta

Adequar ou elaborar procedimento interno contendo todas as etapas do processo.

d) Unidades e áreas envolvidas para implementação da ação

O Comitê Operacional será responsável pelo acompanhamento e o repasse das orientações visando implementação desta ação com o auxílio e participação das demais áreas da instituição, envolvidas diretamente com a temática.

e) Monitoramento e avaliação da ação

O monitoramento da implementação da ação será a elaboração de um Procedimento Interno e apresentação da quantidade e do conteúdo organizado.

6.6. Quadro resumo das ações

No Quadro 6 apresenta-se um resumo das ações elencadas e descritas acima. Nele pode-se visualizar o eixo que a ação está enquadrada, a meta para a mesma, o indicador para o seu monitoramento e a frequência proposta para o mesmo.

Quadro 6 - Quadro resumo das ações para o eixo sobre compras públicas e sustentáveis.

EIXO	AÇÃO	META	INDICADOR	FREQUÊNCIA DE MONITORAMENTO
COMPRAS PÚBLICAS E SUSTENTÁVEIS	Mapear as opções de capacitação sobre compras públicas e licitações sustentáveis	Mapear as opções de capacitações e divulgá-las	Número de capacitações mapeadas Número de colaboradores capacitados	Anual
	Elaboração de cartilha com orientação para a aquisição de bens e contratação de serviços utilizando critérios e práticas sustentáveis	Elaboração de material consultivo em até 12 meses da aprovação da atualização PGS	Cartilha elaborada pelo Eixo, com apoio do departamento jurídico e validado pela Diretoria	Anual
	Selecionar produtos prioritários e adquiri-los conforme critérios de sustentabilidade definidos	Aplicação imediata conforme a necessidade de aquisição dos produtos	Número de produtos adquiridos com critérios de sustentabilidade	Anual
	Iniciar o processo de contratação de serviços com critérios de sustentabilidade (projeto piloto)	Realizar em 2022 a contratação de serviço utilizando critério de sustentabilidade	projeto piloto	Anual
	Mapear o processo de compra pública sustentável	Elaborar até o final do ano de 2021 o mapeamento do processo de compra pública sustentável	Procedimento Interno com um roteiro para o processo de compra pública sustentável	Anual

Fonte: Elaborado pelo Comitê Operacional (2021).

7. Construções, reformas e ampliações sustentáveis (Eixo 6)

Conforme apresentado, atualmente a Agência das Bacias PCJ está instalada em 14 (quatorze) salas do Edifício Rácz Center, em Piracicaba, apresentando limitações na estrutura do prédio, com isso, algumas ações acabam sendo inviabilizadas.

A Agência das Bacias PCJ, em 2018, iniciou os procedimentos necessários para a construção de uma sede própria, bem como as tratativas para obter autorização das ações necessárias junto aos Conselhos Deliberativo e Fiscal, as quais foram aprovadas, sendo uma delas a constituição de uma Comissão de Acompanhamento para a construção da sede, formada por representantes dos Comitês PCJ, dos respectivos conselhos e de colaboradores da instituição. Uma outra ação foi o levantamento de necessidades das coordenações para a elaboração de um Plano de Necessidades, visando obter informações e dados importantes que possibilitarão melhor e maior integração da equipe e de todos aqueles que fazem parte do contexto da gestão dos recursos hídricos.

Em 2019 a Agência das Bacias PCJ recebeu da Prefeitura de Piracicaba, por meio de Projeto de Lei aprovado pela Câmara dos Vereadores, a doação de um terreno com área de 3.958,22 metros quadrados para a construção de uma sede própria. Ainda em 2019, teve início a elaboração do Termo de Referência para contratação do projeto arquitetônico da futura sede da Agência das Bacias PCJ, sendo que a licitação para a contratação estava prevista para o primeiro semestre de 2020.

Em função do cenário da Pandemia do Covid-19, o processo licitatório para a contratação do projeto arquitetônico previsto para o ano de 2020 não foi realizado e sem previsão de início em função da respectiva pandemia. Paralelo ao projeto arquitetônico, corre em cartório de imóveis o processo de registro do terreno em nome da Agência das Bacias PCJ.

A construção de uma sede própria para a instituição deve reforçar o compromisso com as práticas sustentáveis, sendo que se pretende seguir critérios de sustentabilidade, infraestrutura verde e acessibilidade, no bairro Santa Rosa, no Parque Tecnológico de Piracicaba, ao lado da Incubadora de Empresas e de relevantes instituições de ensino.

A instituição pretende seguir os melhores exemplos e estratégias para o desenvolvimento da construção. Desta forma, o Eixo 6 - Construções, reformas e ampliações sustentáveis, foi desenvolvido no sentido de planejar as ações que serão executadas durante a construção da sede da instituição.

A seguir, serão apresentados as ações planejadas e um quadro resumo com tais ações, metas, indicadores e frequência de monitoramento.

7.1. Ações do Eixo

7.1.1. AÇÃO I: TRAMITES EM CARTÓRIO PARA REGISTRO DO TERRENO RECEBIDO POR MEIO DE DOAÇÃO

Conforme exposto anteriormente, a Agência das Bacias PCJ já iniciou os procedimentos necessários para a construção de sede própria. Com a doação do terreno pela Prefeitura do Município de Piracicaba, se faz necessário a regularização documental.

a) Objetivo da ação

Com a doação do terreno pela Prefeitura Municipal de Piracicaba, a ação tem como objetivos finalizar os tramites legais em cartório de imóveis sobre o processo de registro do terreno em nome da Agência das Bacias PCJ.

b) Detalhamento de implementação da ação

Deve haver acompanhamento de todo o processo pelas Diretorias da instituição para o início das atividades que viabilizarão a construção da nova sede.

c) Meta

Tem-se como meta o atingimento do objetivo proposto no item “a”

d) Unidades e áreas envolvidas para implementação da ação

As Diretorias da Agência das Bacias PCJ é a principal responsável pelo desenvolvimento desta ação.

e) Monitoramento e avaliação da ação

O processo citado no item “a” deve ser acompanhado anualmente.

7.1.2. AÇÃO II: ELABORAÇÃO DO PROJETO ARQUITETÔNICO E EXECUTIVO DE INFRAESTRUTURA DA NOVA SEDE DA INSTITUIÇÃO

Deve-se elaborar um projeto que contemple toda a infraestrutura planejada para a nova sede. O projeto deve ser baseado em critérios de sustentabilidade, infraestrutura verde e de acessibilidade, como exemplo a construção de áreas verdes; impermeabilização do solo; controle da poluição sonora devido à proximidade do terreno com uma rodovia; utilização de equipamentos com tecnologia eficiente, entre outros. Além disso, o projeto deve proporcionar um ambiente propício para a implantação das ações relacionadas à A3P.

a) Objetivo da ação

A ação II tem como objetivo a elaboração do projeto arquitetônico e executivo para a construção da sede da Agência das Bacias PCJ utilizando como base o estudo de projetos e construções de outras instituições.

b) Detalhamento de implementação da ação

Para a implementação da ação II, serão necessários estudos completos sobre os critérios de sustentabilidade, infraestrutura verde e acessibilidade, que serão utilizados na construção do prédio. Além disso, devem ser analisados projetos e construções de outras instituições que podem servir de base para a elaboração do projeto de construção da sede da Agência das Bacias PCJ.

c) Meta

Tem-se como meta para esta ação o levantamento de dados e informações que possibilitem a elaboração de um projeto de construção que contemple critérios de sustentabilidade, infraestrutura verde e acessibilidade.

d) Unidades e áreas envolvidas para implementação da ação

As Diretorias da Agência das Bacias PCJ, serão os principais responsáveis pelo desenvolvimento desta ação.

e) Monitoramento e avaliação da ação

O monitoramento e avaliação da ação II ocorrerá durante a elaboração do projeto de construção da sede, para o qual os levantamentos e pesquisas desenvolvidos auxiliarão a Agência das Bacias PCJ na tomada decisão.

7.1.3. AÇÃO III: ESTUDO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS ALTERNATIVOS QUE VISEM A REDUÇÃO DE ÁGUA E ENERGIA

Concomitante a ação II, deve-se realizar pesquisas que apontem o custo-benefício da aquisição de equipamentos e sistemas alternativos que visem a redução e a reutilização, quando possível, da água e da energia utilizada na instituição. Essas pesquisas devem ser fundamentadas na composição de um projeto de infraestrutura que contemple principalmente os critérios de sustentabilidade.

a) Objetivo da ação

A ação III tem como objetivo verificar os melhores equipamentos e sistemas alternativos que visem a redução e a reutilização, quando possível, da água e da energia utilizada na instituição.

b) Detalhamento de implementação da ação

Deve ser verificado o custo-benefício dos equipamentos que consumam água e energia e que estejam atrelados à infraestrutura do prédio, como exemplo, o aparelho de ar-condicionado, que pode ser um sistema único central, ou diversos aparelhos individuais em cada uma das salas.

Também, devem ser verificados os sistemas alternativos presentes no mercado, que visam minimizar o gasto com energia, como por exemplo a posição do prédio em relação a faixa de maior iluminação natural, aliada ao uso de janelas grandes que possibilitem a entrada dessa iluminação natural, diminuindo a necessidade de lâmpadas.

Em relação ao consumo de água, temos como exemplo as instalações hidro sanitárias (torneiras, encanamento, vaso sanitário, entre outros), além dos sistemas alternativos presentes no mercado, como os sistemas de captação, armazenamento e reutilização da água proveniente das chuvas.

c) Meta

Tem-se como meta para essa ação realizar as pesquisas de todos os equipamentos e sistemas alternativos, avaliando o custo-benefício em relação a redução e a reutilização, quando possível, da água e da energia utilizada na instituição.

d) Unidades e áreas envolvidas para implementação da ação

As Diretorias da Agência das Bacias PCJ serão os principais responsáveis pelo desenvolvimento desta ação.

e) Monitoramento e avaliação da ação

O monitoramento e avaliação da ação III, ocorrerá durante o desenvolvimento do projeto de construção da sede, para o qual os levantamentos e pesquisas desenvolvidos auxiliarão a Agência das Bacias PCJ na tomada decisão.

7.1.4. AÇÃO IV: AUXILIAR NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UMA SEDE PRÓPRIA, DE ACORDO COM CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE, INFRAESTRUTURA VERDE E ACESSIBILIDADE

Conforme relatado anteriormente, de acordo com o Diagnóstico Socioambiental realizado na instituição, pôde-se perceber que muitas das ações voltadas principalmente para a implantação da A3P acabam sendo inviabilizadas em função das normas do condomínio. Um exemplo é a impossibilidade do uso de equipamentos hidráulicos eficientes, uma vez que as salas são alugadas e a instituição não possui autonomia para substituir tais equipamentos.

Neste sentido, a construção de uma sede própria deverá contribuir de forma significativa para a implantação das práticas socioambientais da A3P de forma integral na instituição.

a) Objetivo da ação

A ação IV tem como objetivo a viabilização e a implementação de práticas socioambientais de forma integral no processo de construção da nova sede.

b) Detalhamento de implementação da ação

Para a implementação da ação IV, serão necessários estudos completos sobre os critérios de sustentabilidade, infraestrutura verde e acessibilidade, bem como pesquisa de materiais que poderão ser utilizados na construção do prédio. As próximas ações listadas a seguir servirão como base para o levantamento de dados e poderão ser utilizadas durante a elaboração do projeto de construção.

c) Meta

Tem-se como meta para esta ação verificar a implementação de tais prática no processo de construção, da nova sede da Agência das Bacias PCJ, seguindo critérios de sustentabilidade, infraestrutura verde e acessibilidade.

d) Unidades e áreas envolvidas para implementação da ação

As Diretorias da Agência das Bacias PCJ, serão os principais responsáveis pelo desenvolvimento desta ação.

e) Monitoramento e avaliação da ação

O monitoramento e avaliação da ação IV ocorrerá durante a construção da sede, onde deverá ser analisado se todas as ações previstas no projeto de construção serão executadas.

7.1.5. AÇÃO V: PROMOVER A GESTÃO DO CANTEIRO DE OBRAS E A GESTÃO DOS RESÍDUOS GERADOS DURANTE A CONSTRUÇÃO DE FORMA SUSTENTÁVEL

Visando maximizar a eficiência dos trabalhos e serviços que serão realizados na construção, além de garantir a segurança e conforto da equipe da obra, entende-se que é necessário planejar o canteiro de obras e a gestão de todo o resíduo que será gerado.

a) Objetivo da ação

Realizar o planejamento de um canteiro de obras seguro e eficiente, junto à gestão correta dos resíduos gerados durante a construção.

b) Detalhamento de implementação da ação

O planejamento do canteiro de obras deverá seguir normas técnicas, a exemplo da Norma Regulamentadora nº18 (NR-18), do Ministério do Trabalho e Emprego, que estabelece critérios mínimos para a permanência de trabalhadores nos canteiros de obras, estejam tais trabalhadores alojados ou não.

Na mesma linha, deve-se planejar a gestão dos resíduos gerados na construção, pois estes não podem ser destinados junto aos resíduos comuns, em função do seu volume, composição e natureza.

c) Meta

Planejar um canteiro de obras seguro, eficiente e organizado, minimizando os riscos de acidentes com os trabalhadores e realizar a gestão correta de todos os resíduos gerados ao longo da construção.

d) Unidades e áreas envolvidas para implementação da ação

As Diretorias, serão os principais responsáveis pelo desenvolvimento desta ação.

e) Monitoramento e avaliação da ação

O monitoramento e avaliação da ação V, ocorrerá durante a implantação do canteiro de obras, onde será definida a metodologia para a gestão dos resíduos, junto à definição de indicadores.

7.2. Quadro resumo das ações

No Quadro 7 apresenta-se um resumo das ações elencadas e descritas acima. Nele pode-se visualizar o eixo que a ação está enquadrada, a meta para a mesma, o indicador para o seu monitoramento e a frequência proposta para o mesmo.

Quadro 7 - Quadro resumo das ações para o eixo sobre construções, reformas e ampliações sustentáveis.

EIXO	AÇÃO	META	INDICADOR	FREQUÊNCIA DE MONITORAMENTO
CONSTRUÇÕES, REFORMAS E AMPLIAÇÕES SUSTENTÁVEIS	Aquisição do terreno	Até junho de 2020	Não se aplica	Mensal
	Elaboração do projeto arquitetônico e executivo de infraestrutura da nova sede da instituição	Elaboração do projeto de construção com base nas pesquisas realizadas, no prazo de 1 ano após a aquisição do terreno	Não se aplica	Não se aplica
	Estudo para aquisição de equipamentos e sistemas alternativos que visem a redução de água e energia	Realizar os estudos até 6 meses após aquisição do terreno	Não se aplica	Não se aplica
	Construir uma sede própria, de acordo	Construção da nova sede até 2022,	Não se aplica	Não se aplica

	com critérios de sustentabilidade, infraestrutura verde e acessibilidade	segundo critérios de sustentabilidade, infraestrutura verde e acessibilidade		
	Promover a gestão do canteiro de obras e a gestão dos resíduos gerados durante a construção	Canteiro de obras seguro e realizar a gestão adequada de 100% dos resíduos gerados	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: Elaborado pelo Comitê Operacional (2019).